

30 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

AFASTADO DO TC

Fabio Camargo tem

salário suspenso

Afastado, Camargo tem salário suspenso pelo TC

Rubens Chuelre Jr.

Reportagem Local

Curitiba - O Tribunal de Contas (TC) do Paraná oficializou ontem o afastamento, em caráter liminar, do conselheiro e ex-deputado estadual Fabio Camargo. Segundo o órgão, com o afastamento de suas funções, o conselheiro deixa de receber o salário de R\$ 19,5 mil líquido (R\$ 31 mil bruto) por não estar exercendo o cargo, até que o julgamento do mérito da questão seja realizado. O TC também informou que Camargo já devolveu o carro e o celular do tribunal que estava utilizando.

A notificação com a decisão liminar, concedida pela desembargadora do Tribunal de Justiça (TJ) Regina Portes, chegou ontem à tarde ao TC e foi acatada de imediato pelo presidente Artágio de Mattos Leão, que designou os auditores Ivens Linhares, para as sessões do Tribunal Pleno, e Sérgio Va-

ladares Fonseca, para os julgamentos da 2ª Câmara. Ao mesmo tempo, a presidência passa a responder pela superintendência da 7ª Inspeção de Controle Externo, que era de responsabilidade do conselheiro Camargo. Os funcionários do gabinete de Fabio (tanto os concursados quanto os comissionados) seguem trabalhando em conjunto com os auditores que foram designados.

Fabio Camargo esteve em Brasília na quinta-feira prestando depoimento como investigado em um inquérito que tramita no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A investigação apura suposto tráfico de influência na sua eleição para a vaga no TC. Também na quinta-feira, o deputado estadual Plauto Miró (DEM) depôs no STJ como testemunha. Ele foi o segundo colocado na votação realizada pela Assembleia Legislativa (AL), no mês de julho, para a vaga ao TC.

3 0 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Não é bem assim

Segundo as pesquisas, a eleição de governador vai ser um passeio em favor de Beto Richa. Bastou a ministra Gleisi Hoffmann, proposta da oposição, pintar na cidade e o cenário ganhou novas tonalidades junto ao prefeito Gustavo Fruet. Uma energia nova tomou conta do ambiente político, pois é inegável hoje que o prefeito de Curitiba é a grande expressão eleitoral da Região Metropolitana e recria condições para uma reprise do havido na eleição municipal. Além de tudo está agindo e pondo à mostra as capitâneas donatárias da Capital decorrentes de anos sequenciais de gestões no mesmo alinhamento e isso desde o período de Requião, derradeira presença de oposição, retomada agora como no caso do ICI-Datapron enfrentado no ritmo conveniente e também na questão dos ônibus.

Mas enquanto as coisas melhoram para a oposição, o governo fica acuado em questões como as decorrentes da devassa no Judiciário por obra e graça do STJ e CNJ, afastamento de Clayton Camargo do TJ e agora do seu filho, Fabio, do TC, porque o alinhamento oficial é prejudicado pelas presunções jurídicas daí decorrentes.

E as coisas não param agora com o reajuste do pedágio e a manutenção do sigilo que cerca a negociação produtiva, mas desconhecida porque não temos transparência, do acerto com as consorciadas nas obras novas como as de duplicações ao sul e a oeste. O momento não é bom para o governo, ainda que tenha festejado a agenda completa de visitas aos 399 municípios em Nova Aurora num feito que não oculta a grave e delicada situação em que deixou as finanças estaduais. Se é original nessa visita a todas as cidades o é também nessa do cenário aparentemente de quebra, visível apenas no século passado com Lupion.

30 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Justiça custa R\$ 30 bi e resolve 27% dos casos

O Judiciário brasileiro custa quase R\$ 30 bilhões por ano somente em salários, segundo dados do Boletim de Pessoal do governo federal. Trabalham na Justiça mais de 121 mil servidores, mas apenas 27% dos tribunais brasileiros conseguiu fechar mais casos do que foram recebidos em 2012. Nos Estados Unidos, o Judiciário emprega um quarto dos profissionais (33 mil) e custa R\$ 12 bilhões por ano.

Agilidade

Ao contrário do Brasil, 100% dos tribunais norte-americanos julgaram mais processos que o total recebido, no ano passado.

E querem mais

Existem propostas tramitando no Senado americano prevendo redução de 10% no staff de juízes, compartilhando secretárias e assistentes.

Ótimo começo

No Brasil há iniciativas como a digitalização de processos, no Superior Tribunal de Justiça, que reduziram em anos o tempo de tramitação.

Ninguém merece

Os juízes brasileiros sofrem com a sobrecarga. No Supremo Tribunal Federal, cada ministro julga, em média, 11 mil processos ao ano.

30 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Acabou em pizza

O primeiro dia dos condenados do mensalão na Penitenciária da Papuda, em Brasília, acabou em pizza - mais precisamente, dez pizzas grandes. A Polícia Federal encomendou caixas da iguaria italiana e promoveu um jantar "VIP" para os padrões da cadeia. Proibida aos demais presos, que são obrigados a comer as quentinhas da prisão, a massa foi comprada pelos policiais de plantão e chegou à cela 4, que abrigava o deputado José Genoíno (PT-SP), o ex-ministro José Dirceu, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e o ex-tesoureiro do PL (hoje PR) Jacinto Lamas. O cardápio da primeira noite no xadrez é citado em relatório do procurador federal dos Direitos do Cidadão, Aurélio Virgílio Veiga Rios, que visitou o Centro de Detenção Provisória da PF, na Papuda, em 17 deste mês, um dia após a transferência dos presos a Brasília.

'Apenas a Genoíno'

"Constatamos, na entrada da ala dos detentos provisórios, a existência de dois sacos de lixo de 100 litros com as embalagens de pizza que foram encomendadas pela PF, tarde da noite, quando se decidiu que os cidadãos presos ficariam naquele recinto", relatou o procurador. Ao Estado, a PF explicou que as pizzas foram pedidas pelos agentes, que estavam sem comer havia 12 horas, e oferecidas por educação, mas "apenas a Genoíno".

Encomendas à Papuda

O jantar na Papuda veio da rede de pizzarias Nathely, que tem uma unidade no Jardim Botânico, bairro próximo ao presídio, e vende discos de tamanho único (oito fatias), a preços módicos. São mais de 30 opções no menu, a R\$ 10,99, R\$ 14 ou R\$ 17. Os entregadores estão acostumados a levar encomendas à Papuda. "A gente entrega lá dentro, mas o motoboy não gosta. Prefere na guarita, do lado de fora", explicou ontem uma das atendentes da pizzeria.

3 0 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Gaeco prende vereador por tráfico de drogas

Escutas telefônicas apontam que Devair da Silva, parlamentar em Xambrê, estaria envolvido com o transporte de quase 270 quilos de maconha

Rafael Fantin
Equipe Bonde

O vereador Devair José da Silva (PT), do município de Xambrê (Noroeste), foi preso por envolvimento com tráfico de drogas. A prisão preventiva foi cumprida pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), no final da tarde da última quinta-feira. Ele foi eleito pela primeira vez no ano passado com 243 votos.

Durante a madrugada de quinta-feira, quatro pessoas foram detidas pela Polícia Militar de Umuarama com uma carga de quase 270 quilos de maconha escondida no fundo falso de um caminhão. A droga seria transportada para o Estado de Minas Gerais.

Investigação conduzida pelo Gaeco de Cascavel aponta a ligação do vereador com o grupo detido. Desde setembro, Silva é monitorado com escutas telefônicas autorizadas, que indicam o transporte de drogas para São Paulo e Minas Gerais. Além disso, os presos teriam confirmado que Silva seria o proprietário da droga.

Segundo a promotora de Justiça Juliana Vanessa Stoffa da Costa, ligada ao Gaeco, este foi o primeiro transporte realizado pelo grupo

desde o início da investigação. "Nas escutas, o vereador comenta que não iria trabalhar com "coisas pequenas", dando prioridade ao transporte de grandes quantidades de drogas. No entanto, as investigações não apontaram o uso do cargo público para facilitar as atividades ilícitas", informou. "Após as prisões, vamos trabalhar na conclusão do inquérito para oferecer denúncia ao juiz de Xambrê", acrescentou.

Silva dormiu a primeira noite na delegacia de Xambrê, mas a Polícia Civil confirmou que trabalha para que o vereador detido seja transferido para uma penitenciária.

O advogado de defesa, Luciano Gaioski, informou que aguarda autorização da Justiça para ter acesso ao processo. Segundo ele, os quatro detidos não teriam afirmado durante interrogatório que a droga seria do vereador. Sobre o cargo de vereador, Gaioski disse que ficará responsável pela parte criminal enquanto outro advogado deve acompanhar a questão na Câmara de Vereadores.

30 NOV 2013

FOLHA DE LONDRINA

Supremo rejeita recurso de João Gilberto

São Paulo - Em decisão unânime, o Supremo Tribunal Federal rejeitou a tentativa do músico João Gilberto de tirar de circulação a obra não autorizada "João Gilberto", sobre o qual é tema, da editora Cosac Naify.

A deliberação dos juízes, tomada no dia 7 de novembro, pode apontar o caminho a ser tomado na questão das biografias não autorizadas. O Supremo deve julgar em breve uma ação dos editores que questiona a restrição a biografias. A ministra Cármen Lúcia é relatora tanto do processo de João Gilberto quanto da ação dos editores.

Na sessão que negou o recurso de João Gilberto, estavam ausentes os ministros Joaquim Barbosa (presidente da corte), Roberto Barroso, Rosa Weber e Luiz Fux.

O livro "João Gilberto" é organizado por Walter Garcia, professor do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, e reúne entrevistas, documentos, reportagens, ensaios e fotografias.

A corte rejeitou o recurso de João Gilberto contra uma decisão anterior da Justiça, que já havia negado um pedido de busca e apreensão da obra. O músico contestava uma decisão de junho, da 9ª Vara Cível do Estado de São Paulo. Na época, o

juiz Valdir da Silva Queiroz Junior havia escrito na sentença que o pedido era "censura absolutamente inadmitida no ordenamento jurídico brasileiro".

Ao Supremo Tribunal Federal, o músico alegou que o juiz teria tomado para si a competência do Supremo de julgar a constitucionalidade dos artigos 20 e 21 do Código Civil - justamente o ponto que é questionado pelos editores no tribunal.

As normas vigentes permitem que biografados ou seus herdeiros impeçam na Justiça a publicação de obras que não tenham autorização prévia.

O fato de que a ação ainda não tenha sido julgada; diz o relatório da ministra Cármen Lúcia, "não impede que juízes e tribunais brasileiros possam analisar questão submetida a sua decisão com base nos mesmos fundamentos constitucionais".

Em uma audiência pública sobre as biografias não autorizadas realizada na semana passada, a ministra afirmou que pretende liberar seu voto no início de dezembro, para que a ação entre na pauta do tribunal.

01 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Mutirão ouve acusados de violência contra a mulher

**Ação visa agilizar o trâmite de
alguns processos da Delegacia da
Mulher de Curitiba; 200 homens
prestaram depoimento ontem**

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba – Um mutirão realizado ontem na Delegacia da Mulher de Curitiba ouviu depoimentos de aproximadamente 200 homens acusados de agredir suas esposas ou companheiras. A ação, que começou por volta de 9h e durou até as 18h, faz parte da campanha dos "16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher".

De acordo com a delegada responsável, Márcia Vieira Rejane Marcondes, o objetivo é agilizar o trâmite de alguns dos mais de oito mil processos já abertos na capital devido a esse tipo de crime, desde a criação da Delegacia da Mulher. "Queremos demonstrar, por meio de um esforço concentrado, que a violência contra a mulher não fica mais entre quatro paredes. É punida sim", afirma. Ela estima que sejam instaurados na cidade, em média, 280 inquéritos por mês, sendo 40% deles por injúria ou ameaça, e 20% por lesão corporal.

Há ainda registros de violência doméstica e sexual.

No total, 37 pessoas, de duas divisões da Polícia Civil, foram deslocadas para trabalhar no mutirão, incluindo quatro delegados, 19 escrivães, sete estagiários e sete investigadores. "Depois desta fase, os delegados irão analisar os casos e produzir os relatórios, para encaminhá-los ao Ministério Público (MP)", explicou a delegada. Por conta da grande demanda, Márcia revela que os procedimentos abertos de setembro a novembro deste ano foram priorizados. Segundo o Código Penal, a pena para casos de lesão corporal varia de três meses a cinco anos, dependendo da gravidade.

Campanha

A coordenadora das Delegacias da Mulher do Paraná, Paula Brisola, admitiu que os índices de violência no Estado aumentaram nos últimos anos. No entanto, atribuiu o crescimento ao fato de as pessoas estarem denunciando mais. "A população

hoje conhece os seus direitos, existe a Lei Maria da Penha, e os órgãos públicos também estão mais estruturados". Ela lembra que hoje o Estado possui 16 delegacias da mulher.

Liderados por movimentos feministas e entidades governamentais do mundo todo, os 16 dias de ativismo começaram na última segunda-feira, Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher, e prosseguem até 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos.

01 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Vítima de agressão
mostra dor e indignação

As cicatrizes que não fecham

Kelly Telles, esfaqueada pelo ex-marido logo após sair da Delegacia da Mulher, conta os dias de desespero que antecederam a tentativa de homicídio

Marian Trigueiros
Reportagem Local

Londrina—Kelly Telles, de 31 anos, aos poucos, recupera-se das facadas que levou do ex-companheiro quando saía da Delegacia da Mulher de Londrina, há três dias. Em seu leito do hospital, além das marcas no corpo, ficam evidentes as cicatrizes da alma e a revolta da mente. “Fiz tudo o que fui orientada: denunciei, registrei boletim de ocorrência, saí de casa. Mas quase paguei com a minha vida”, diz. O misto de dor e indignação foi o que motivou a mulher solicitar a seu advogado que entre com um pedido junto à Corregedoria do Tribunal de Justiça para averiguação de eventuais erros e falhas em seu processo. “Tudo isso poderia ter sido evitado se ele tivesse sido preso. Eu pedi ajuda.”

Depois de um relacionamento de 15 anos e três filhos, a relação com o ex-companheiro, Davi Claro dos Reis, tornou-se insustentável. O comportamen-

“Tudo isso poderia ter sido evitado se ele tivesse sido preso. Eu pedi ajuda.”

to rude e agressões já aconteciam desde o começo do relacionamento, mas, segundo ela, o “amor que tinha a fazia acreditar que ele poderia mudar”. Não mudou e piorou quando ela decidiu voltar a estudar. “Ele dizia que eu tinha que trabalhar em vez de estudar. Depois de um tempo, começou a dizer que eu estaria tendo um caso.” O pior, entretanto, estaria por vir. Cansada de ser mal tratada e, também, ver os filhos naquela situação, pediu a separação. “Nesse dia, apanhei muito. Meus filhos viram tudo”, conta.

Ameaças constantes

O dia em questão foi dia 10 de outubro. De lá até o dia das facadas, a vida de Kelly e dos filhos viraria um transtorno. O primeiro boletim de ocorrência aconteceria em seguida, mas não intimidou o marido que, mesmo assim, tentaria matá-la pela primeira vez. Quando saía de seu emprego

informal de fim de semana, Davi pegou-a pelo braço mediante ameaças de dar um tiro e colocou-a no carro.

“Ele me batia muito e, além da arma debaixo do banco, tinha o canivete em mãos. Me dizia a todo momento que eu ia morrer. Em uma das lutas corporais, consegui pular pela janela do carro e fugir.”

Apesar de negativas de outra realização de boletim de ocorrência na delegacia, conforme Kelly, outro documento foi lavado. Juntamente, o advogado solicitou uma medida preventiva imediata que foi expedida pela juíza. Notificado formalmente, ela acreditou que Davi daria tranquilidade. Mais uma vez, a situação piorou; as ligações e ameaças eram constantes. “Foi quando ele invadiu minha casa e tentou me matar novamente.”

CONTINUA

01 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O filho de 15 anos conseguiu ajudar a mãe. Diante disso, um novo pedido de mais medidas protetivas foi reiterado pelo advogado, com o acréscimo de um pedido de prisão preventiva, visto que ele havia descumprido a notificação.

Sem temer qualquer decisão judicial, o agressor segue Kelly e joga o carro no intuito de matá-la. “Pedi ajuda mais uma vez no Ministério Público (MP) e um novo pedido de prisão preventiva foi feito”, lembra. O MP entrou com o pedido no dia 13 de novembro. De acordo com o deferimento, no entanto, Davi não poderia chegar perto da escola dos filhos, da casa, e da mulher, mas a sua prisão não foi determinada. “Nessa época já estava escondida na casa de parentes. Ele não sabia onde eu estava com meus filhos.” Novamente, foi orientada a fazer outro boletim de ocorrência. “Foi quando eu fui à Delegacia da Mulher para dar depoimento e levar meu filho como testemunha da agressão anterior.”

O horror

Somente no período em que esteve na delegacia, Davi ligou inúmeras vezes em seu celular ameaçando-a. “Não sei como ele descobriu minha localização. O fato é que quando saí de lá, ele me atacou”, recorda. O fato ocorreu a poucos metros da porta da delegacia, na rua, em frente ao filho. O menino conseguiu ajuda na delegacia, mas não houve tempo para salvar a mãe de novo. Kelly levou diversas facadas em todas as regiões dos braços e, também, nas costas, perfurando seu pulmão. O ex-marido foi contido em seguida, e está preso. Apesar de não correr risco de morte, perdeu quase todos os movimentos das mãos por conta dos golpes terem atingido os tendões. Ela segue internada no hospital, onde espera por uma cirurgia.

A revolta

“Eu só queria ter paz na minha vida. Acreditei que as medidas protetivas iriam ter efeito. Mas não, me senti abandonada com um papel na mão.” Porém, mesmo com o desfecho trágico, não se arrepende de ter denunciado. “A única coisa que eu espero é que outras mulheres não passem pelo que passei. Eu tive a sorte de ainda estar viva. Mas a sombra dele e do horror que vivi vão me atormentar por toda a vida”, declara.

CONTINUA

01 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Conduta da Justiça será questionada

Londrina- Sobre a decisão da juíza Zilda Romero, da 6ª Vara Criminal de Londrina, o advogado de Kelly, Adriano Alves, afirma que tudo foi feito para que a tragédia fosse evitada. "Nos autos constavam todas essas situações (ameaças e tentativas de homicídios) e o constante descumprimento dele (o acusado). A vida dela estava em perigo. O pedido de prisão não foi deferido e o pior aconteceu", diz. De acordo com ele, o pedido de avaliação de conduta do Judiciário deve ser protocolado nos próximos dias na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A reportagem entrou em contato com a juíza, mas, como estava fora do Estado, disse que não teria condições de comentar o caso. Segundo a assessora jurídica da Vara, legalmente, o pedido de prisão só poderia ser apreciado em um novo processo. A FOLHA foi informada ainda que este teria sido o primeiro caso de descumprimento de medida protetiva

nessas circunstâncias.

A promotora Suzana Lacerda lamenta que seu pedido de prisão não tenha sido apreciado. "O pedido da preventiva não garantiria a prisão imediata ou impediria que ele cometesse o crime. Mas, no meu entendimento, não havia necessidade de outro processo. Kelly tem todos os motivos de estar revoltada, mas, infelizmente, a situação da violência doméstica é muito mais complicada do que se imagina. A demanda aumenta a cada dia e, daqui para frente, vai ser ainda mais difícil de dar celeridade aos casos", desabafa.

Para a socióloga Wânia Pasinato, pós-doutoranda do Núcleo de Estudos do Gênero Pagu da Universidade de Campinas (Unicamp) e pesquisadora sênior do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP), o arrependimento e revolta da vítima em casos como esse são totalmente compreensíveis. "Infelizmente, as instâncias ainda trabalham de forma desarticulada e, diante da inoperância do Estado, a responsabilidade de conseguir ajuda ainda recai sobre a mulher", resume. (M.T.)

01 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Nepotismo em Colombo 1

O Ministério Público em Colombo (Região Metropolitana de Curitiba) entrou com ação civil pública contra a prefeita, Beti Pavin (PSDB), o presidente da Câmara Municipal, José Renato Strapasson, o Pelé (PTB), e outros 18 servidores por nepotismo na administração pública. De acordo com o promotor de Defesa do Patrimônio Público do município, Paulo Conforto, os comissionados foram contratados por Pelé, que ocupou o cargo no início do ano, e por Beti.

Nepotismo em Colombo 2

Dos 18, quatro são parentes de secretários municipais, oito têm parentesco com vereadores e seis com chefes, assessores e diretores de departamentos da prefeitura. Seis deles são concursados, mas foram nomeados em cargos de confiança, com salários maiores, e o restante não tem vínculo com a administração municipal. Para Conforto, o ato também reflete improbidade administrativa.

OPINIAO DO LEITOR

Ofensa à etnia negra

Por iniciativa da presidente do Brasil está tramitando no Congresso Nacional um projeto de lei que outorga 20% das vagas para negros em concursos públicos federais. No princípio foram as cotas em universidades. Agora, o objetivo passou a ser o favorecimento de negros em concursos públicos. Trata-se, infelizmente, de mais uma medida que formaliza a existência do racismo. Em sã consciência, qualquer pessoa negra se sentiria, no mínimo, humilhada e envergonhada ao ser beneficiada na conquista de uma vaga na universidade ou de um cargo num concurso público. Quando se privilegia alguém, um outro candidato certamente está sendo preterido. Por que favorecer somente os afrodescendentes? Se um dos objetivos é mesmo o de ignorar a nossa Constituição Federal, então como ficam os indígenas, os amarelos, os idosos, os pobres, os brancos e as pessoas com deficiência física? Todas as oportunidades na universidade e no serviço público devem ser oferecidas em igualdade de condições, prevalecendo sempre a competência, em detrimento do interesse eleitoral. Ninguém deve ser beneficiado, prejudicado ou discriminado!

ROBERTO DELALIBERA (bacharel em Direito) – Londrina

Oswaldo Militão



A Primeira turma de Direito

Esta foto é histórica: é do reencontro dos colegas da primeira turma da Faculdade Estadual de Direito de Londrina, que nela ingressaram em 1958, e fizeram os cinco anos do curso, à noite, nas instalações do Hugo Simas. Dos que lá se encontraram, está Sérgio Ferreira, da mesma turma, mas perdeu uma ano, em virtude de seus negócios, mas formou-se em 1963, junto com a segunda. Estiveram presentes à comemoração, no Strassberg Tortas Alemãs. Lá estiveram Nélio Niero, Expedito Pegoraro, Paulo Turci, Yolanda Cosentino, Edgar Baer, William James Pereira (o Billy de Jandaia do Sul), o são-paulino Ney Sebastião dos Santos, Nilson Medina, Edson Deliberador (juiz aposentado, que fez brilhante carreira) e Nelson Curotto, que foi vereador em Londrina. Das turmas, faltaram Jenny Pacheco, Julia Danielides de Faria, Nivaldo Gotti, Paulo Carlos da Silva e Akira Itow, que também é dentista



O doutor Theobaldo Cioci Navolar e dona Judith Borba Navolar, sua esposa, o casal que lutou muito para criar a Faculdade Estadual de Direito de Londrina



O governador Moysés Lupion assinou o decreto que criava a Faculdade de direito no dia 4 de junho de 1956, em Londrina, na presença de uma comissão de autoridades londrinenses, tendo à frente o prefeito Antônio Fernandes Sobrinho e o bispo dom Geraldo Fernandes

OAB da época e Centros Acadêmicos eram contra Faculdade em Londrina!

O saudoso professor Theobaldo Cioci Navolar, juiz de direito em Londrina, foi o primeiro diretor da Faculdade Estadual de Direito de Londrina, cuja primeira turma está comemorando 50 anos de formatura. Ela foi que deu origem à Universidade Estadual de Londrina, ao lado de outras que vieram depois como a de Filosofia, Ciências e Letras e de Odontologia, que funcionou nos fundos da Catedral da cidade. E não foi fácil para Londrina obter a sua Faculdade de Direito. O próprio Theobaldo Cioci Navolar declinou de sua promoção como juiz para Curitiba, para lutar a favor dos jovens de Londrina e do Norte do Paraná que pediam a criação da Faculdade. E fiquem sabendo: a própria direção da OAB da época (1955 e 1956) e dos centros acadêmicos da Universidade Federal do Paraná, de outras escolas e universidades de outros estados, protestavam contra a criação da Estadual de Direito aqui. Foi uma luta ferrenha. Dona Judith, esposa do professor Theobaldo, foi fundamental para isso, pela amizade que tinha com a esposa do governador da época, Moysés Lupion que a recebeu e ouviu suas razões. Aliás, faculdades de Direito de todo o Brasil decretaram greve por três dias em todos os cursos, para protestar contra a criação da Faculdade de Londrina. Eu, que fui aluno da terceira turma, acompanhei bem de perto isso tudo. Ela foi, afinal, autorizada pelo Conselho Nacional de Educação, iniciando suas atividades no dia 7 de março de 1958. Seu diretor por vários anos, o professor Theobaldo foi depois presidente da Sercomtel, a pedido do prefeito Hosken de Novaes. Na verdade, ele construiu a empresa. Foi depois vice-reitor da UEL e é Cidadão Honorário de Londrina, título dado pelo projeto do vereador Moysés Leônidas, seu ex-aluno, e sancionado pelo prefeito da época, Antônio Belinati.

30 NOV 2013

GAZETA DO POVO

LIMINAR

Tribunal de Contas é notificado pela Justiça e afasta Fabio Camargo

O Tribunal de Contas do Estado (TC) foi notificado no início da tarde de ontem da decisão liminar da Justiça que determinou o afastamento de Fabio Camargo do cargo de conselheiro. Em nota, o TC informou que o presidente do órgão, Artagão de Mattos Leão, acatou a notificação. Ele designou que, até o julgamento do mérito da ação pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), Camargo será substituído pelos auditores Ivens Linhares, nas sessões do Pleno, e Sérgio Valadares Fonseca, nos julgamentos da Segunda Câmara. Além disso, Artagão determinou que a própria presidência do TC passará a responder pela superintendência da Sétima Inspeção de Controle Externo, que era de responsabilidade de Camargo. O afastamento foi determinado na quarta-feira pela desembargadora do TJ Regina Afonso Portes. Ela entendeu que Camargo não apresentou a documentação necessária para concorrer à vaga e não teve o número mínimo de votos para ser eleito em primeiro turno, no pleito realizado pela Assembleia Legislativa em julho.



Tribunal de Contas

Parabéns a Max Schrappe por sua atitude de questionar na Justiça o processo de escolha de Fabio Camargo para o Tribunal de Contas do Estado (**Gazeta**, 29/11). Foi uma eleição política, sem critério técnico e feita pela Assembleia a toque de caixa.

Hermes Carlos Bollmann

Tribunal de Contas

"O Tribunal de Contas precisa de técnicos competentes e não de políticos para o cargo de conselheiro. Parabéns ao Tribunal de Justiça do Paraná por esse ato."

Eliane Silva, via Facebook, sobre o afastamento de Fabio Camargo do TC-PR.

30 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Eleições ao TC devem continuar secretas

Na emenda constitucional promulgada na quinta-feira, o Congresso manteve o sigilo na escolha de autoridades. Simetria é seguida pela Assembleia Legislativa

Chico Marés

HISTÓRICO

A votação secreta na eleição ao TC teve origem após a escolha de Maurício Requião ao cargo de conselheiro em 2008. Uma das razões que o tiraram da função foi o fato de a votação ter sido aberta. Para o ministro Ricardo Lewandowski, do STF, a votação aberta teria constitucionalidade duvidosa, pois o voto fechado é usado no Senado na escolha dos ministros do TCU e deveria ser aplicado pelas Assembleias.

Constituição do Estado prevê o voto aberto em todas as decisões. “Eu entendo que não [deve ser considerada a simetria]. Esse não é o tipo de regra de repetição obrigatória, e é possível que o estado tenha uma regra diferenciada. A repetição só é obrigatória em regras fundamentais para o processo democrático, o que não me parece ser o caso”, afirma.

Além do sigilo na escolha de autoridades, o Senado manteve o voto secreto na eleição para a mesa diretora do Senado e da Câmara dos Deputados. Só que, neste caso, a Assembleia do Paraná não considera a simetria entre os poderes. Desde 2011, as eleições o comando do Legislativo estadual são abertas.

Câmara

Já na Câmara Municipal de Curitiba, o voto aberto deve ser mantido. O Legislativo municipal aprovou, no fim de outubro, uma alteração na Lei Orgânica que pôs fim ao voto secreto na Casa. Os vereadores precisam anunciar seus votos em plenário para casos de cassação de prefeito ou vereador, destituição de membros da Mesa Executiva e vetos municipais.

De acordo com o presidente da Casa, Paulo Salamuni (PV), o Legislativo municipal só deve voltar atrás caso haja alguma determinação judicial.

O fim do voto secreto no Congresso Nacional nas cassações de parlamentares e na apreciação de vetos presidenciais não deve trazer alterações para a Assembleia Legislativa do Paraná. Única situação que prevê o sigilo no Legislativo estadual, as eleições para o Tribunal de Contas do Estado (TC) devem continuar secretas. Isso porque o Legislativo paranaense se orienta por simetria ao Congresso e, neste caso, o Senado manteve na proposta de emenda à Constituição (PEC) as votações sigilosas para a escolha de autoridades, como ministros do Tribunal de Contas da União. A emenda foi promulgada na última quinta-feira.

Através de sua assessoria de imprensa, a Assembleia comunicou que as eleições para o Tribunal de Contas devem continuar sendo secretas. Porém, para o advogado Flávio Pansieri, da Academia Brasileira de Direito Constitucional, nesse caso a simetria não deveria ser aplicada — uma vez que a

GAZETA DO POVO

» CPI DA URBS

Richa nega ilegalidades na licitação

Katna Baran e Rosana Félix

30 NOV 2013

IO governador Beto Richa rechaçou ontem as acusações de que o edital da licitação do transporte público em Curitiba, lançado em 2010, quando ele era prefeito da capital, tinha ilegalidades. Richa declarou que, antes de ser lançado, o documento foi enviado ao Poder Judiciário e aos órgãos de controle, como Tribunal de Contas do Estado e Procuradoria-Geral da Justiça. Na quinta-feira, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Municipal de Curitiba que analisou a situação do transporte recomendou o indiciamento de quase 80 pessoas, por ilegalidade na licitação, feita pela Urbs.

“Segundo depoimento do nosso presidente da Urbs, em quem tenho muita confiança, que era o Fernando Ghignone, antes de publicar o edital, ele ainda tomou o cuidado de mostrar ao procurador-geral de justiça, Olympio de Sá Sotto Maior, ao presidente do TC e do TJ”, afirmou o governador.

Richa declarou que só teve conhecimento do edital depois que ele foi publicado. A vereadora Professora Josete (PT) sugeriu o indiciamento dele, alegando que o tucano tinha conhecimento do documento antes do lançamento da licitação. “Mais uma questão lamentavelmente politqueira desta vereadora”, comentou o governador. Richa ressaltou ainda que tomou providências para melhorar o transporte público de Curitiba. “Reduzi a tarifa de ônibus duas vezes, contrariei os interesses dos empresários, sem ajuda de ninguém”.

GAZETA DO POVO

Governo do DF ignora Justiça e mantém visitas às sextas-feiras

O entendimento do Ministério Público e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal é de que os condenados no processo do mensalão devem receber visitas nos mesmos dias que os demais presos no Complexo Penitenciário da Papuda, ou seja, às quartas e quintas-feiras. Mas a Secretaria de Segurança Pública do DF informou que eles continuarão recebendo visitas às sextas, conforme determinado na semana passada.

O motivo é o mesmo aplicado a ex-policiais militares e agentes de segurança pública detidos no local: manter as visitas nos mesmos dias que a maioria dos presos poderia causar problemas de segurança. O ex-ministro José Dirceu e o ex-tesoureiro do PL (atual PR) Jacinto Lamas receberam visitas ontem.

Na prática, as visitas às sextas beneficiam parentes e amigos dos condenados do mensalão, uma vez que as filas para entrar são menores. Nas quartas e quintas, é comum ver grandes filas de familiares e carros, que chegam cedo para tentar passar o maior tempo possível com os presos. O horário de visita vai das 9h às 15h.

Na quinta-feira, a Vara de Execuções Penais (VEP) do Distrito Federal, após provocação do Ministério Público, determinou que as autoridades penitenciárias respeitem as leis e regras e destinem tratamento isonômico aos internos e também aos visitantes do sistema penitenciário do DF. A decisão da VEP não explicita que os dias de visita têm de ser os mesmos. Mas, questionados ontem a respeito, tanto o Tribunal de Justiça quanto o Ministério Público informaram, por meio da assessoria de imprensa, que a visita deve ocorrer nos mesmos dias.

30 NOV 2013

Reinaldo Bessa

Bancada magna

A OAB-PR vai homenagear na segunda-feira os deputados e senadores paranaenses que participaram da Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Entre os homenageados estão o senador Álvaro Dias, Paulo Pimentel, Euclides Scalco, Alcei Guerra, Luiz Carlos Borges da Silveira, Ervin Bonkoski, Hélio Duque, José Richa, Maurício Fruet e Max Rosenmann – os três últimos in memoriam.

•••

A solenidade será a partir das 19h30 no auditório da seccional.

BIOGRAFIAS

Supremo rejeita recurso de João Gilberto contra livro não autorizado

Em decisão unânime, o Supremo Tribunal Federal rejeitou a tentativa do músico João Gilberto de tirar de circulação a obra não autorizada *João Gilberto* (Cosac Naify), organizado por Walter Garcia, professor do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (USP). A deliberação dos juízes, tomada no dia 7 de novembro, pode apontar o caminho a ser tomado na questão das biografias não autorizadas. O Supremo deve julgar em breve uma ação dos editores que questiona a restrição a biografias.

30 NOV 2013

GAZETA DO POVO

Sobre a nossa justiça fiscal

DE OLHO NO LEÃO

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA
saraivaeadvogados@hotmail.com

Na apuração anual do imposto de renda das pessoas físicas são permitidas algumas deduções da renda bruta. Trata-se de um pretexto do fisco para conciliar a política arrecadatória do governo com a capacidade contributiva dos súditos. No rol dessas despesas dedutíveis, todavia, não constam inúmeros desembolsos suportados pelos contribuintes no dia a dia, principalmente em se tratando de idosos. São exemplos os gastos com remédios, lentes corretivas (óculos, inclusive armação e lentes de contato) e aparelhos auditivos do contribuinte e de seus dependentes.

Diante da inexistência de base legal para garantir tais deduções no imposto de renda dos súditos, alguns juízes federais de primeira instância, aqui e acolá, terminam concedendo liminares em demandas propostas com a finalidade de obter provimento assegurando o direito ao abatimento dessas despesas. Alguns magistrados chegam a estipular um valor como teto dedutível para esses desembolsos, como aconteceu há poucos anos em São Paulo. Numa ação ordinária proposta pelo Ministério Público Federal naquela seção judiciária federal, uma juíza chegou ao ponto de fixar o valor a que teriam direito os contribuintes na aquisição

de armações para óculos. A decisão teve repercussão nacional dado o seu alcance. Beneficiava os contribuintes de todo o país..

À época, comentamos o assunto afirmando: "Louve-se a juíza, que fez justiça, louve-se o procurador da República, pela brilhante iniciativa de duelar contra tanto confisco imposto aos súditos. Contudo, cuide-se principalmente o contribuinte, porque essa luz no final do túnel talvez não tenha vida longa."

Advertimos, ainda, que a notável decisão consistia em mero lampejo da – como se diz no jargão forense – mais lídima Justiça. Por isso mesmo, poderia, infelizmente, ser dissipado por simples soprinho a cargo do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, competente para julgar o recurso encaminhado pela Fazenda Nacional. Infelizmente, não demorou para a decisão de antecipação de tutela ser revogada.

Não era nem foi a primeira nem a última vez que destemidos juízes de primeira instância distribuem a verdadeira Justiça aos espoliados contribuintes brasileiros, notadamente quando a questão envolve o princípio constitucional da capacidade contributiva. Há poucos anos, outra decisão iluminada concebeu o direito de se deduzir na apuração do IR o montante integral das despesas com a educação. Os advogados do Leviatã em poucas horas derrubaram essa conquista. Como se sabe, o abatimento a tal título continua limitado a vergonhosa cifra anual, não raro inferior ao valor de uma mensalidade.

01 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Celso Nascimento

Olho vivo

Sabia 1

A ação movida pelo empresário Max Schrappe, que culminou na quarta-feira com o afastamento do conselheiro Fabio Camargo do Tribunal de Contas, contém um argumento que não era desconhecido pela comissão da Assembleia Legislativa que conduziu o processo de seleção dos candidatos. A eleição para conselheiro foi no dia 15 de julho, mas no dia 8 o relator da comissão, deputado Wilson Quinteiro, dizia à coluna que nada obstava a candidatura de Fabio Camargo.

Sabia 2

À aquela altura já se sabia que Camargo não apresentara certidão negativa de processos penais em tramitação no 2º grau do Judiciário – e esta era uma exigência do edital que estabeleceu as regras do certame. Para Quinteiro, só haveria impedimento se o candidato já tivesse sido condenado – o que não era o caso. A norma, no entanto, não falava em necessidade de condenação, mas a

simples existência de ação penal já seria obstáculo à candidatura.

Sabia 3

Schrappe incluiu esse argumento entre os que fundamentaram a ação que moveu no Tribunal de Justiça. A desembargadora Regina Portes prestou atenção nesse ponto e julgou, liminarmente, que o impetrante pode ter razão. Por isso, por prudência, determinou o afastamento de Camargo do TC até o julgamento do mérito.

Sabia 4

Quando ocorrerá o julgamento de mérito, não se sabe. Enquanto isso, porém, notificado da decisão judicial na tarde de sexta-feira, o presidente do Tribunal de Contas, Artagão de Mattos Leão, tomou as providências para cumpri-la. E até já designou dois auditores para substituir Camargo nos trabalhos do TC. Já a Assembleia Legislativa se finge de morta, como se o problema não tivesse se originado nela.

Notas Políticas

De novo

O afastamento de Fabio Camargo do cargo de conselheiro do Tribunal de Contas animou o deputado Plauto Miró (DEM). Caso a liminar que afastou o conselheiro seja confirmada pelo Órgão Especial do TJ, a Assembleia terá de convocar uma nova eleição. Plauto adiantou que, se isso ocorrer, pretende concorrer novamente – ele havia perdido a eleição de julho para Camargo.

01 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

País é desigual até quando faz justiça

Privilégios de mensaleiros na prisão levantam a discussão sobre igualdade de tratamento e condições das penitenciárias brasileiras

Euclides Lucas Garcia

A prisão de parte dos mensaleiros condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) deu a impressão de que iria — se não acabar — ao menos reduzir a polêmica em torno do caso. O efeito, porém, foi o contrário. Desde que José Dirceu, José Genoino e Delúbio Soares foram levados para o complexo penitenciário da Papuda, em Brasília, uma romaria de políticos, familiares e advogados passou a visitar a antiga cúpula petista quase que diariamente, ignorando os dias e horários preestabelecidos e as limitações impostas aos visitantes “normais”. Os “privilégios”, que irritaram familiares dos demais presos, dividem a opinião entre especialistas em Direito Penal.

Na última quinta-feira, a Vara de Execuções Penais de Brasília determinou o tratamento igualitário para todos os presos da Papuda. De acordo com os juízes da vara, desde a chegada dos condenados do mensalão ao local, criou-se um clima de instabi-

“Isso [o tratamento diferenciado aos mensaleiros] é imoral, uma ofensa ao princípio de que todos devem ser iguais perante a lei.”

Samuel Rangel, advogado criminalista e especialista em Tribunal do Júri.

“É equivocado tentar nivelar por baixo. Não é porque alguns recebem determinado tratamento que isso é motivo para crítica e reprovação.”

Marco Alexandre Serra, advogado criminalista e professor universitário.

lidade. Por isso seria preciso garantir a isonomia, principalmente, em relação às regras de visitação e alimentação dos internos.

Advogado criminalista e especialista em Tribunal do Júri, Samuel Rangel classifica como uma ofensa à moral e à própria Justiça estabelecer distinção entre presos. Segundo ele, o sistema carcerário brasileiro é, na verdade, uma demonstração clara de injustiça. Rangel cita como exemplo declarações de familiares de presos da Papuda, segundo as quais todos passaram a ser melhor tratados com a chegada dos mensaleiros. “Isso é imoral, uma ofensa ao princípio de que todos devem ser iguais perante a lei”, afirma. “A omissão do poder público é a responsável direta pelo caos do sistema prisional, ao ponto de, em alguns casos, o juiz alegar que um réu que tentou fugir não merece punição diante do tratamento que recebe.”

Na mesma linha de racio-

ínio, o advogado criminalista e professor universitário Marco Alexandre Serra argumenta que nenhum setor relevante da sociedade se preocupa com a população carcerária, que cresce cada vez mais. Segundo ele, é possível que o debate sobre a prisão dos mensaleiros sirva para “tocar nessa ferida”. Por isso, Serra defende que, se a Justiça do Distrito Federal entende que todos os presos devem ter o mesmo tratamento, esses supostos privilégios devem servir para melhorar o tratamento nas cadeias.

“É equivocado tentar nivelar por baixo. Não é porque alguns recebem determinado tratamento que isso é motivo para crítica e reprovação”, afirma. “A Justiça estará correta se pretender estender esse tratamento para a generalidade dos presos do país. O que não se pode é reduzir direitos supostamente diferenciados para equiparar à generalidade dos outros, para que todos fiquem em condições ruins.”

O jurista René Dotti, que participou da elaboração do projeto de lei para a reforma do Código Penal, entende que presos condenados ao regime semiaberto, como Dirceu e Genoino, têm direito a um tratamento diferenciado em relação aos do regime fechado. De acordo com ele, o semiaberto permite determinados tipos de concessão que não existem nos demais regimes prisionais.

CONTINUA

01 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

DOIS PESOS, DUAS MEDIDAS

CONTINUAÇÃO

“Não conheço o regulamento da Papuda. Mas o que estabelece a solução da dúvida é o tipo de regime. No meu entender, quanto às visitas no semiaberto, esse tratamento diferenciado é possível. Já o regime fechado tem um rigor que não há no semiaberto.”

Saiba alguns dos “privilégios” que os mensaleiros têm recebido no Presídio da Papuda, em Brasília. A situação irritou parentes dos demais presos.

Regras gerais

As visitas aos 10 mil detentos na Papuda são divididas entre quarta e quinta-feira, das 9h às 15h. Cada preso tem um dia específico para receber familiares e amigos. Para poder entrar, os visitantes precisam fazer um cadastro prévio, que é analisado pela administração do presídio.

Sem privilégios

Visitantes dos presos “comuns”, incluindo mulheres com crianças de colo, costumam madrugar na frente da Papuda para conseguir os primeiros lugares na fila e pegar as primeiras senhas de entrada. Eles reclamam do tratamento que recebem dos policiais militares e dos agentes penitenciários, para quem “também são bandidos”.

Exceção aos mensaleiros

Ignorando as restrições, parentes e amigos dos réus do mensalão conseguem driblar as normas e visitá-los fora dos dias e horários estabelecidos pela penitenciária. Houve situações em que caravanas de políticos estiveram no local. Aos visitantes, os demais presos chegaram a dizer que torcem para que os mensaleiros continuem na Papuda porque todos passaram a ser melhor tratados desde a prisão deles.

Determinação ignorada

Diante das reclamações, a Vara de Execuções Penais de Brasília determinou o tratamento igualitário para todos os presos, sobretudo em relação às regras de visitação e alimentação dos internos. No entanto, logo no dia seguinte à determinação, familiares do ex-ministro José Dirceu e do ex-tesoureiro do extinto PL (atual PR) Jacinto Lamas conseguiram entrar na Papuda. Não era um dia normal de visitação.

01 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

PAIXAO



01 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

EVENTO

Seminário OAB e Judiciário pela Inclusão da Pessoa com Deficiência

- **DATA:** 3 de dezembro (gratuito, às 15 horas).
- **LOCAL:** Sede da OAB Paraná (Rua Brasilino Moura, 253 – Ahú).
- **INSCRIÇÕES:** www.oabpr.org.br/eventos ou na hora.

02 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

»JUSTIÇA

Conciliação quer limpar parte do estoque de 91 mi de ações

Começa hoje a VIII Semana Nacional de Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelos tribunais de todo o Brasil. O objetivo é reduzir o estoque de cerca de 91 milhões de processos em tramitação no país. “É importante que os processos sejam solucionados de maneira mais rápida para que, de fato, a Justiça seja feita. Também precisamos ficar atentos para a judicialização, muitas vezes desnecessária, que vem ocorrendo no país”, diz o conselheiro Emmanoel Campelo, coordenador do Comitê Gestor Nacional da Conciliação do CNJ.

Na sessão de conciliação, as partes podem ou não estar acompanhadas de um advogado. Caso não gostem da proposta final, podem deixar o processo seguir os trâmites normais. A conciliação é um ato espontâneo e voluntário, que ocorre de comum acordo entre as partes. A intenção é que cheguem à solução dos seus conflitos sem a imposição do juiz.

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, fará a abertura oficial do evento no início da sessão plenária do CNJ, em Brasília.

Em Curitiba, a solenidade de abertura acontecerá às 10 horas, no Tribunal do Júri e será realizada em conjunto pela Justiça Estadual, Justiça do Trabalho e Justiça Federal. Estarão presentes ao ato o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), desembargador Guilherme Luiz Gomes, o atual vice-presidente e presidente eleito do Tribunal Regional do Trabalho da 9.^a Região, desembargador Altino Pedrozo dos Santos, o desembargador federal João Batista Pinto Silveira representando o presidente do TRF4, além de outras autoridades. De acordo com o TJ-PR, já foram agendadas 1.500 processos de conciliação.

1.500

processos de conciliação já foram agendados no TJ-PR para a semana.

Quer saber um segredo?

Em uma das decisões mais polêmicas da Assembleia Legislativa do Paraná nos últimos tempos, o então deputado estadual Fabio Camargo foi eleito, em julho, para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TC). Ninguém sabe o nome dos 27 parlamentares que deram a vitória ao colega. E quando houver uma nova votação similar, os paranaenses vão continuar não sabendo quem votou em quem.

O fim do sigilo para esse tipo de decisão legislativa esteve muito, muito próximo de acabar. Após 12 anos de tramitação, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelecia o voto aberto para todas as deliberações da Câmara dos Deputados, Senado, assembleias legislativas e câmaras municipais bateu na trave na última terça-feira. Na sessão derradeira para apreciar a PEC, os senadores retalharam o texto, reduzindo os efeitos de uma bala de canhão para um traque de festa junina.

Foram aprovados apenas o fim do voto secreto para processos de cassação de parlamentares e para análise de vetos presidenciais. Continuam no escuro a eleição para a presidência e mesa diretora das casas legislativas e para a escolha de autoridades, como ministros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas da União. Também caiu o trecho que estendia os efeitos da PEC para os parlamentos de estados e municípios.

As alterações produzidas na hora da morte pelos senadores foram tão toscas que a nova redação apenas retirou da Constituição a palavra “secreta” para as cassações, mas não esclareceu que elas devem ser abertas. Enquanto isso, permaneceram nos regimentos internos da Câmara e do Senado a determinação de que a votação, nesses casos, deve ser secreta. O jeito vai ser mudar o regimento às pressas, ou os deputados mensaleiros prestes a perder o mandato podem questionar possíveis cassações.

A sessão que desmantelou a PEC original comprou algo na semana passada: a maioria absoluta dos parlamentares não quer saber de transparência. Relembrando a trilha da proposta, ela só avançou na Câmara em 2006, no auge do escândalo do mensalão, e em 2013, graças ao vexame do deputado-presidiário Natan Donadon. Logo depois, passou pelo primeiro turno no Senado até que “misteriosamente” foi esquartejada na decisão final. Dizem os contrários ao voto aberto total e irrestrito que o segredo protege os parlamentares de interferências do Poder Executivo e também de perseguições, caso votem contra alguém que pode julgá-los no futuro, como no caso de ministros de tribunais superiores. No fundo, eles sabem que a transparência seria um escudo bem mais eficiente. Um posicionamento às claras sempre pode ser usado como trunfo para se defender de retaliações.

O xis da questão é que uma decisão em sigilo é sempre mais fácil de ser negociada. A propósito, a eleição de Fabio Camargo é alvo de uma investigação no Superior Tribunal de Justiça sobre tráfico de influência, que envolveria os três poderes estaduais — o pai dele, Clayton Camargo, era presidente do Tribunal de Justiça do Paraná na época. Por mais que se investigue a fundo e que se chegue a indícios, a prova cabal do processo seria ligar quem votou em Fabio Camargo e o que supostamente recebeu em troca.

Mas esse é um segredo guardado a sete chaves, uma delas, a Constituição Federal, no painel da Assembleia. Seria ótimo encerrar dizendo que daqui para frente histórias como essa terão um final diferente. Mas o futuro ao sigilo pertence.

02 DEZ 2013

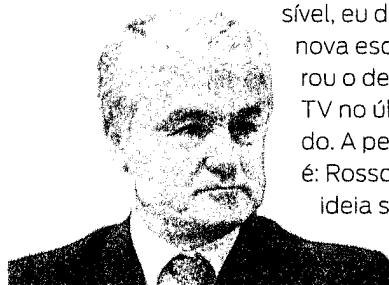
GAZETA DO POVO

**Notas
Políticas**

A pergunta

Em julho, quando o ex-deputado estadual Fabio Camargo foi eleito para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas (TC), o fato de ele não ter obtido a maioria simples na votação da Assembleia – a metade dos votos mais um, ou seja, 28 – foi questionada. O presidente da Casa, **Valdir Rossoni (PSDB, foto)**, à época defendeu veementemente a legalidade do pleito, declarando que a procuradoria da Casa havia sido consultada. Mas o número de votos obtido por Camargo (27) foi um dos pontos considerados irregulares na eleição que levaram ao afastamento liminar de Camargo do TC. Rossoni, agora, defende a realização de uma nova eleição para resolver o problema. "No que depender do presidente da Assembleia para tornar esse proces-

so o mais transparente possível, eu defendo uma nova escolha", declarou o deputado à RPC TV no último sábado. A pergunta que fica é: Rossoni mudou de ideia sobre a eleição de Fabio Camargo?



O impacto positivo da Lei Anticorrupção

José Anacleto Abduch Santos

Corrupção é uma expressão multifacetada, que comporta inúmeros significados. Desde uma acepção técnico-jurídica estrita até a mais coloquial significação. Todas, contudo, levam a uma única conclusão: não é uma conduta aceitável socialmente. Não é aceitável porque rompe um pacto social ético e moral que deveria nortear o comportamento. Não é certo que uma pessoa ou grupo de pessoas obtenha vantagens à custa de prejuízo de outra ou da sociedade.

Um ato de corrupção usualmente envolve duas partes, o corruptor e o corrupto. Embora partes do mesmo ato, corruptor e corrupto têm em geral uma forma bastante diversa de comportamento perante a sociedade. O corrupto, salvo exceções, é discreto, quando não secreto. Procura manter o ato ilegal sob o mais estrito sigilo. Normalmente peca pelos sinais externos de riqueza incompatível com a sua renda, que tenta justificar como derivada de uma herança ou trabalho da esposa.

Interessante é a contraparte no ato de corrupção. O corruptor, ao contrário do corrupto, usualmente não se reconhece infrator. Gaba-se de ter obtido a licença ambiental negada a tantos. Vangloria-se de manter sob pagamento um servidor ou todo um órgão público para as liberações, alvarás e autorizações necessárias à sua atividade econômica. Ou reclama o dinheiro perdido na propina. Para o corruptor, o infrator é sempre o outro.

Estranhamente, dada a necessidade de duas partes para a prática da maioria dos atos de corrupção, o objeto de reprovação jurídica e social tem sido, em geral, apenas a conduta dos agentes públicos. A Lei n.º 12.486/13, denominada Lei Anticorrupção, que entra em vigência a partir de fevereiro de 2014, pode constituir um poderoso instrumento para incluir no foco das investigações

e punições dos atos de corrupção a parte sem a qual inúmeras condutas ilegais não poderiam materialmente ser praticadas: as empresas corruptoras e corruptas.

A nova lei apresenta uma relação de condutas bastante conhecidas daqueles que fraudam a administração pública: dar ou oferecer vantagem indevida a servidor público; fraudar licitações ou contratos públicos; manipular contratações públicas; criar pessoa jurídica de modo fraudulento para participar de licitações (de modo a escapar de sanção), dentre outras tantas. A pessoa jurídica que praticar qualquer das ações ilegais poderá sofrer sanções que vão desde o pagamento de significativa multa fixada com base no faturamento bruto, passando pela perda de bens ou valores, suspensão parcial das atividades, até a dissolução compulsória. Cogita-se que a lei não seria necessária, pois já teríamos leis suficientes aptas a punir empresas corruptas. É certo que a impunidade não é produto de insuficiência de normas. Deve-se reconhecer, porém, que uma lei nova sempre traz o benefício da novidade e, com ele, ao menos a sensação de mudança positiva. Porém, mais do que alterações legislativas, a sociedade brasileira carece de mudança para assimilar culturalmente o fato de que a corrupção não é produto de conduta exclusiva de servidores públicos, e passar a identificar nas empresas ou pessoas particulares corruptas o mesmo vício nefasto que tanto prejuízo acarreta para o interesse público. Talvez assim o corruptor ao menos passe a ter vergonha de revelar a propina paga.

José Anacleto Abduch Santos, advogado e procurador do Estado, é mestre e doutor em Direito Administrativo pela UFPR e professor do Unicuritiba.

02 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Direito do Consumidor

INDENIZAÇÃO

Para STJ, shopping tem de zelar por segurança no estacionamento

Os shopping centers têm responsabilidade sobre crimes ocorridos mesmo nas entradas e saídas dos estacionamentos para clientes, reafirmou o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Com base nisso, a corte deu direito a indenização de R\$ 8 mil a uma família que foi vítima de uma tentativa de assalto no estacionamento do Manafra Shopping, na Paraíba, em 2008. Depois de irem ao cinema, mulher, filho e marido estavam no carro, parado na cancela do estacionamento, quando foram abordados por bandidos armados. Para o ministro Luis Felipe Salomão, relator do processo, não há dúvida de que o shopping estava obrigado a zelar pela segurança do veículo e dos consumidores.

Comissão analisa emendas a pacote de mudanças no CDC

Está marcada para amanhã uma análise, pela comissão de juristas do Senado, do relatório sobre o pacote de mudanças no Código de Defesa do Consumidor (CDC), legislação que completou 23 anos. Foram apresentadas 106 emendas ao texto composto pelos projetos de lei 281, 282 e 283, entregues pela comissão em 2012 – 84 foram mantidas pelo relator do pacote, o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES). A comissão presidida pelo ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça, deve avaliar quais devem permanecer. As medidas tratam de comércio eletrônico, prevenção contra o superendividamento e mudanças no processo jurídico. Uma delas causa expectativa nos Procons: a que concede valor judicial às audiências que eles promovem.

30 NOV 2013

CARTA CAPITAL

MARCOS COIMBRA

Barbosa e o viés autoritário

► Quem lida com pesquisa de opinião vê o aumento do número de eleitores que dizem odiar algo ou tudo na política

A FIGURA DE JOAQUIM Barbosa faz mal à cultura política brasileira. Muito já se falou a respeito de como o atual presidente do Supremo conduziu o julgamento da Ação Penal 470, a que trata do “mensalão”. Salvo os antipetistas radicais, que ficaram encantados com seu comportamento e o endeusaram, a maioria dos comentaristas o criticou.

Ao longo do processo, Barbosa nunca foi julgador, mas acusador. Desde a fase inicial, parecia considerar-se imbuído da missão de condenar e castigar os envolvidos a penas “exemplares”, como se estivesse no cumprimento de um desígnio de Deus. Nunca mostrou ter a dúvida necessária à aplicação equilibrada da lei. Ao contrário, revelou-se um homem de certezas inabaláveis, o pior tipo de magistrado.

Passou dos limites em seu desejo de vingança. Legitimou evidências tênues e admitiu provas amplamente questionáveis contra os acusados, inovou em matéria jurídica para prejudicá-los, foi criativo no estabelecimento de uma processualística que inibisse a defesa, usou as prerrogativas de relator do processo para constranger seus pares, aproveitou-se dos vínculos com grande parte da mídia para acuar quem o confrontasse.

Agora, depois da prisão dos condenados, foi ao extremo de destituir o juiz responsável pela execução das penas: parece achá-lo leniente. Queria dureza.

Barbosa é exemplo de algo inaceitável na democracia: o juiz que acha suficientes suas convicções. Que justifica sua ação por pretensa superioridade moral em relação aos outros. E que, ao se comportar dessa forma, autoriza qualquer um a pegar o porrete (desde que se acredite “certo”).

Sua figura é negativa, também por um segundo motivo.

Pense em ser candidato a presidente da República ou não, Barbosa é um autêntico expoente de algo que cresceu nos últimos anos e que pode se tornar um grave problema em nossa sociedade, o sentimento de ódio na política.

Quem lida com pesquisas de opinião, particularmente as qualitativas, vê avolumar-se o contingente de eleitores que mostram odiar alguma coisa ou tudo na política. Não a simples desaprovação ou rejeição, o desgostar de alguém ou de um partido. Mas o ódio.

É fácil constatar a difusão do fenômeno na internet, particularmente nas redes sociais. Nas postagens a respeito do cotidiano da política, por exemplo sobre a prisão dos condenados no “mensalão”, a linguagem de muitos expressa intenso rancor: vontade de matar, destruir, exterminar. E o mais extraordinário é que esses indivíduos não estranham suas emoções, acham normal a violência.

Não se espantam, pois veem sentimentos iguais na televisão, leem editoriais e comentaristas que se orgulham da boçalidade. Os odientos na sociedade reproduzem o ódio que consomem.

Isso não fazia parte relevante de nossa cultura política até outro dia. Certamen-

te houve, mas não foi típico o ódio contra os militares na ditadura. Havia rejeição a José Sarney, mas ninguém queria matá-lo. Fernando Collor subiu e caiu sem ser odiado (talvez, apenas no confisco da poupança). Fernando Henrique Cardoso terminou seu governo reprovado por nove entre dez brasileiros, enfrentou oposição, mas não a cólera de hoje.

O ódio que um pedaço da oposição sente atualmente nasce de onde? Da aversão (irracional) às mudanças que nossa sociedade experimentou de Lula para cá? Do temor (racional) que Dilma Rousseff vença a eleição de 2014? Da estupidez de acreditar que nasceram agora problemas (como a corrupção) que inexistiam (ou eram “pequenos”)? Da necessidade de macaquear os porta-vozes do conservadorismo (como aconteceu com qualquer modismo)?

Barbosa é um dos principais responsáveis por essa onda que só faz crescer. Consolidou-se nesse posto nada honroso ao oferecer ao País o espetáculo do avião com os condenados do “mensalão” rumo a Brasília no dia 15 de novembro. Exibiu-o apenas para alimentar o ódio de alguns.

A terceira razão é que inventou para si uma imagem nociva à democracia. O papel que encena, de justiceiro implacável e ferrabrás dos corruptos, é profundamente antipedagógico.

Em um país tão marcado pelo personalismo, Barbosa apresenta-se como “encarnação do bem”, mais um santarão que vem de fora da política para limpá-la. Serve apenas para confirmar equívocos autoritários e deseducar a respeito da vida democrática. ●

30 NOV 2013

CARTA CAPITAL

WALTER FANGANIELLO MAIEROVITCH

Fora dos trilhos da legalidade

► O novo juiz de execução, nomeado por Joaquim Barbosa, aplicou de forma arbitrária uma "mordaça" em José Genoino

COMO SE SABE, o Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, decidiu ser possível a execução da parte do acórdão (sentença) transitada em julgado do chamado processo do "mensalão". Pela Constituição, compete ao próprio STF, nos processos da sua competência originária, promover a execução dos títulos condenatórios, observada a vetusta fórmula do *nulla executio sine titulo*.

Depois do trânsito em julgado, só restará a revisão criminal, cujo cabimento é limitadíssimo. No STF, o relator do processo de conhecimento originário é o competente para presidir o processo de execução. Com efeito, o ministro Joaquim Barbosa é o "juiz natural" (constitucional) competente para presidir a execução do "mensalão". Mais ainda, a lei processual facultava-lhe delegar apenas os atos relativos à expiação da pena. Nunca os incidentes processuais voltados para a alteração do título executório.

A execução começou e se mantém até o momento fora dos trilhos da legitimidade e da legalidade, isso quanto àqueles que começaram a cumprir as penas em regime semiaberto, caso, por exemplo, de José Dirceu, José Genoino e Delúbio Soares. O início da execução e com recolhimento a regime fechado aos condenados em semiaberto foi objeto de análise neste espaço na última edição.

Vamos então ao último lance. Barbosa, numa manobra de cabo de esquadra paraguaia, pressionou para afastar o juiz titular da Vara das Execuções do Distrito Federal. A troca, por ato do presidente do Tribunal Distrital e por pressão do ministro, representou uma burla à Constituição. Uma manobra voltada para afastar um magistrado portador da garantia constitucional, estabelecida no interesse público, da inamovibilidade: o titular da vara, de fato, foi removido da execução.

A propósito, antes da arbitrária troca e pelo que se infere da leitura do noticiário, Barbosa imaginou poder delegar, sem convocar, a execução a magistrado da sua livre escolha. Assim, o presidente do STF enviou a carta de guia das penas, instrumento necessário, além do acórdão, para se abrir o processo de execução, para o juiz substituto da Vara, que gozava férias. Este, depois do protesto do titular a avisar sua jurisdição, encaminhou-lhe a tal guia de recolhimento para a execução.

Depois de desavenças com Barbosa, o juiz titular restou afastado e o substituto passou a responder pela delegação. Pior, de pronto encheu-se de autoritarismo e colocou em segundo plano a nossa lei maior. Isso ocorreu ao colocar, por despacho, uma "mordaça" em Genoino, ou melhor, ao proibi-lo de conceder entrevistas. O preso condenado não perde o direito constitucional de se expressar, criticar e falar a jornalistas. Além da garantia constitucional, a Lei de Execução Penal diz, com todas as letras, garantirem-se ao condenado os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.

E o STF, garantidor da Constituição, não retirou, nem poderia, o direito de Genoino de e se quiser conceder

entrevistas. Em apertada síntese, o deputado acabou "amordaçado" por ato de um juiz imposto inconstitucionalmente por pressão de Barbosa. Por outro lado, nada de estranho existe no fato de o condenado Dirceu poder trabalhar externa e provisoriamente. A Lei de Execução Penal, de 1984, nunca foi implementada de modo a ser plenamente cumprida. Nem os estados nem a União possuem, em números suficientes, vagas em colônias agrícolas, industriais ou similares, para a custódia e o trabalho interno do sentenciado. Dessa forma, e por ter o preso direito ao trabalho e ao resgate de um dia da pena por três de labuta, admite a jurisprudência, ao preso em regime semiaberto, a provisória saída para trabalho externo em estabelecimento privado. Essa saída temporária, sem vigilância direta, não impede o monitoramento eletrônico (art. 122, parágrafo único da Lei de Execução Penal).

Em meio a perplexidades e abusos, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, preferiu esboçar providências apenas depois da localização do foragido Henrique Pizzolato. Esquece, no particular, duas consagradas regras: *Pecunia olet* (o dinheiro tem cheiro e pode ser seguido) e *dormientibus non succurrit jus* (o direito não socorre aqueles que dormem). Ninguém consegue, é evidente, ficar fora de um país se não contar com reservas financeiras para se manter. Por meio de cooperação internacional, tornam-se possíveis as identificações de contas bancárias e movimentações. A acomodação de Cardozo, que quando deputado foi ativo em voar para a Itália em defesa de Daniel Dantas, gera a suspeita de temer as ameaças de Pizzolato: abrir os arquivos eletrônicos em seu poder. •

A EXCEÇÃO DA EXCEÇÃO

ENQUANTO ALGUNS SÃO PRESOS E OUTROS CONDENADOS DO "MENSALÃO" PERMANECEM SOLTOS, JOAQUIM BARBOSA CONTINUA A JOGAR PARA A PLATEIA

por CYNARA MENEZES

SE ALGO PODE ser dito a respeito do julgamento do "mensalão", é o fato de ele ser único, inédito na história do Brasil. Para muitos, um julgamento de exceção. Assim como todos os ritos judiciais foram peculiares nesse processo, também tem sido incomum a fase de execução das penas. Quem explica a seguinte contradição: condenados beneficiados pelo direito a embargos infringentes ainda não julgados estão presos, e outros sem direito a qualquer embargo continuam soltos? Enquanto o Supremo não se posiciona sobre a razão dos dois pesos e duas medidas, chovem críticas, óbvio, à falta de equanimidade do tribunal.

Dos 25 condenados no julgamento, 11 estão presos desde o sábado 16 de novembro e um está foragido (Henrique Pizzolato, ex-diretor do Banco do Brasil). Entre os petistas processados, só um permanece solto, o deputado João Paulo Cunha, que aguarda julgamento de recurso em companhia de outros dois envolvidos. Três réus começam em dezembro a cumprir penas alternativas e sete estão na situação inusual de aguardar em liberdade uma definição sobre o início do cumprimento das penas, entre eles o delator do esquema, Roberto Jefferson, e os deputados federais Pedro Henry (PP-MT) e Valdemar Costa Neto (PR-SP).

Na quinta-feira 28, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, negou "tratamento diferenciado" aos réus ainda livres, mas se esquivou da responsabilidade. "É questão do Supremo e não da Procuradoria." Esta é, porém, apenas uma das várias situações *sui generis* no entorno das prisões. Não se pode acusar Joaquim Barbosa, relator do processo e atual presidente do STF, de falta de criatividade.

Uma das mais flagrantes "excepcionalidades" da execução das penas foi a alteração do regime de cumprimento. Réus com direito ao semiaberto foram enviados ao regime fechado, casos de José Dirceu e José Genoíno. Este último, afetado por problemas de saúde, recorreu ao STF e solicitou prisão domiciliar. Uma junta médica contratada por Barbosa concluiu, no entanto, que a condição do deputado não é tão grave. O desencontro dos laudos médicos deixou os petistas nas redes sociais em polvorosa.

O primeiro laudo, assinado por peritos do Instituto Médico Legal, logo após Genoíno passar mal na prisão, favorecia a argumentação do petista e de sua família a respeito dos riscos de vida na prisão, em consequência da recente cirurgia cardíaca do detento. "Trata-se de paciente com doença grave, crônica e agudizada, que necessita de cuidados específicos, medicamentosos e gerais, controle periódico por exame de sangue, dieta hipossódica, hipograxa e adequada aos medicamentos utilizados, bem como avaliação mé-

dica cardiológica especializada regular", avaliaram os peritos.

Os cinco profissionais da Universidade de Brasília convocados por Barbosa tiveram entendimento diferente: "O conceito de doença cardiovascular grave não se aplica ao corrente caso em seu conceito clínico-cirúrgico de momento atual, que se apresenta sob impressão de expectativa favorável". O laudo prossegue: "Não sendo imprescindível, para tanto, a permanência domiciliar fixa do paciente, salvaguardadas a oferta e administração do regime terapêutico".

Uma terceira avaliação, produzida pelos profissionais do serviço médico da Câmara dos Deputados, apesar de também negar a "cardiopatia grave", foi mais cautelosa: "Trata-se de indivíduo sob risco de desenvolver futuros eventos cardiovasculares e progressão da doença". Os médicos da Câmara concederam afastamento por 90 dias a Genoíno, pois "a atividade laboral poderia acarretar riscos de des controle da pressão arterial que, em associação à anticoagulação inadequada, aumentaria o risco de eventos cardíacos e cerebrais". Após alicença, Genoíno deveria ser avaliado novamente, advertem os médicos.

CONTINUA

A Câmara acabou por adiar a decisão sobre a aposentadoria por invalidez solicitada pelo petista. Barbosa tampouco havia se pronunciado sobre o pedido de prisão domiciliar do deputado até o fechamento desta edição. Miruna, filha de Genoio, divulgou nota em protesto contra a avaliação da junta convocada pelo presidente do Supremo.

“Finalmente Joaquim Barbosa tem o que queria, um laudo médico, feito com meu pai já alimentado corretamente e medicado, e ao lado da família, dizendo que não, ele não tem nada grave”, escreveu a jovem, antes de perguntar aos médicos sobre as condições da penitenciária da Papuda, em Brasília. “Com que autoridade os senhores sentem-se no direito de dizer que meu pai pode voltar para lá? Viram as condições oferecidas? Comeram a comida de lá? Foram ao banheiro de lá? Viram o ambulatório? Equipamentos de lá?”

Outra exceção veio à tona nos últimos dias. Relator do caso e responsável pelas prisões, Barbosa criou uma nova classe processual para a execução, uma norma não prevista no regimento interno do STF e instituída por resolução do presidente assinada em 14 de novembro, um dia antes da decretação da prisão de 12 dos condenados. O texto, denominado Execução Penal (EP) e divulgado no *Diário da Justiça* do dia 19, prevê que o processo seja distribuído ao relator da ação penal e tenha tramitação eletrônica. A norma definiu ainda os modelos das guias de recolhimento, de execução e tratamento médico.

A execução do processo de Genoio foi identificada com o número 1. Dirceu ganhou o número 2, e Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, o 3. Os demais condenados vieram em seguida. Barbosa teria atuado, por fim, para mudar o juiz titular da Vara de Execuções Penais, Ademir Silva de Vasconcelos, por criar “entraves” ao andamento do cumprimento das penas. Vasconcelos foi substituído por Bruno André da Silva Ribeiro, filho de um ex-deputado distrital pelo PSDB em Brasília, o que gerou nova polêmica, sobretudo pelo fato de a mãe do magistrado fazer campanha feroz contra o PT nas redes sociais.

A magistrada Boujikian critica o coronelismo do Judiciário

MIRUNA GENOIO
DESABAFADA: "JOAQUIM
BARBOSA TEM
O QUE QUERIA"

A interferência foi criticada por juizes e advogados. “Na Constituição que tenho em casa não diz que o presidente do Supremo pode trocar um juiz, em qualquer momento, num canetaço”, afirmou João Ricardo Costa, da Associação dos Magistrados do Brasil. “O povo não aceita mais o coronelismo no Judiciário”, emendou Kenarik Boujikian, da Associação Juizes para a Democracia.

O presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Dácio Vieira, negou, porém, a troca. Segundo declarou em nota, a Vara de Execuções Penais não elegeu um único juiz para atuar no episódio, e sim uma equipe. “A delegação remetida pela presidência do STF, na referida ação penal, foi dirigida ao juízo da VEP-DF e não elegeu nem excluiu qualquer dos magistrados ali lotados para a prática de atos processuais, razão pela qual mais de um juiz já atuaram (*sic*) no feito, nos estritos limites da delegação e em absoluta observância ao ordenamento jurídico nacional e às rotinas da unidade judiciária”.

O clima generalizado de justicamento alcançou Dirceu. Depois de anunciar ter sido contratado como gerente de um hotel da capital federal, voltou a ser achincalhado. Pelo posto, receberá 20 mil reais por mês. De propriedade de um político aliado do governo, o hotel recebeu centenas de mensagens de críticas e piadas, enquanto a mídia buscava sinais de favorecimento público ao novo empregador.

Nos bastidores do STF, comenta-se que Barbosa, beneficiado pela legislação eleitoral que dá aos juizes a prerrogativa de se licenciar apenas seis meses antes da eleição, deixará o tribunal em março para se lançar a algum cargo eletivo. Morreria um juiz, nasceria um salvador da pátria. *

FRASE

O Poder Judiciário não pode ser instrumento de vendetta

Para Claudio Lembo, ex-governador de São Paulo, há bases legais na Constituição para o impeachment para o impeachment de Joaquim Barbosa

30 NOV 2013

CARTA CAPITAL

MAURICIO DIAS

Os fracos e o Fortes

► Condenado no Piauí, o ex-senador é beneficiado pelo curso “normal” dos processos no STF

EM TRAMITAÇÃO no Supremo Tribunal Federal, uma ação popular contra o ex-senador Heráclito Fortes, condenado pelo Tribunal de Justiça do Piauí a devolver aos cofres públicos gastos feitos com promoção pessoal quando prefeito de Teresina (1989/1993), comprova que nem todos são iguais perante a lei. Alguns são mais iguais, como é sabido.

Fortes é um desses. Foi da Arena, partido de sustentação da ditadura, passou pelo PP e PMDB. Foi estrela do DEM e atualmente abriga-se sob as asas abertas do PSB de Eduardo Campos e, provisoriamente, de Marina Silva, após a tentativa frustrada de se reeleger ao Senado em 2010. Antes, em 2006, foi um dos coordenadores da campanha malsucedida do tucano Geraldo Alckmin à Presidência da República. Notabilizou-se como vanguarda do banqueiro Daniel Dantas no Congresso.

O processo contra o ex-parlamentar foi apoiado em publicidade oficial, na qual utilizou um recurso, em banal jogo de palavras, no slogan “Unidos seremos mais fortes”.

É, decididamente, um político de estreita vinculação com o poder permanente.



A oposição, em sintonia com a mídia, considera a prisão de José Dirceu, ex-ministro-chefe da Casa Civil no primeiro governo de Lula, e do deputado José Genoíno, ex-presidente do PT, além do militante petista Delúbio Soares, exemplo histórico na atuação da Justiça no Brasil.

Risível conclusão. Mostra apenas que o

juízo, necessário para apurar supostos ilícitos, sofreu grande influência política. Os petistas ficaram sob o foco constante da mídia, que insuflou a reação política de alguns integrantes do Supremo Tribunal Federal, ora regidos por Joaquim Barbosa, ora regentes de Joaquim Barbosa.

Dirceu teve poder quando integrava os mais altos escalões da República. Uma situação, entretanto, provisória. Ele e outros do PT se iludiram. Perceberam tarde demais que não tinham articulação institucional com o poder permanente. Não eram aliados estratégicos. Por isso o julgamento, transformado em linchamento, reflete a voz dos reais donos do poder. Teve uma motivação política inquestionável.

Em 2010, o relator do processo de Heráclito Fortes era o ministro Gilmar Mendes. Ele concedeu efeito suspensivo às vésperas da eleição de 2010, algo não muito comum no STF, e possibilitou a Fortes concorrer ao Senado. Valeu o esforço, mas ele foi derrotado pelo voto popular.

Em março de 2012, após dormir por dois anos no gabinete de Mendes, o processo foi a julgamento na 2ª Turma do STF. Ele foi derrotado pelo voto de Barbosa, que optou pelo não conhecimento do referido recurso extraordinário. Em junho, Fortes apresentou embargos de declaração.

Um ano depois, em junho de 2013, o caso parou no gabinete de Barbosa. Pior: JB, já presidente do tribunal, determinou a redistribuição do processo, equivocadamente remetido para o ministro Luís Roberto Barroso, da 1ª Turma. Conforme o artigo 10 do Regimento Interno do STF, deveria ser distribuído a um dos ministros da 2ª Turma. O erro foi corrigido, mas desde então a papelada está sob o chamado “embargo de gaveta”. No caso, gaveta do presidente do STF.

Ele não tem pressa ou a distribuição automática do Supremo sofreu alguma pane, da qual não se tem conhecimento.

FOLHA DE S. PAULO

ELIANE CANTANHÊDE

O Leão do Supremo

BRASÍLIA - Quanto mais pintam Dirceu e Genoino de demoníacos, mais santificam Joaquim Barbosa. Quanto mais santificam os réus, mais demonizam o presidente do Supremo. Deu para entender?

Ao longo do julgamento, os pró-Joaquim ganhavam de 10 a 1, mas esse placar parece estar mais equilibrado e mudando rapidamente. Apesar de ainda muito prestigiado por grande parte da opinião pública, Joaquim também passou a “apanhar” bastante, não só de militantes e de engajados das redes sociais, mas também de colunistas da grande mídia.

Como relator do processo, Joaquim se atritava ao vivo e em cores com Ricardo Lewandowski, o revisor. Depois, já como presidente do Supremo, desacatava Lewandowski e quem mais tivesse a ousadia de discordar dele. No fim, virou um leão contra tudo e todos que, a seu juízo, tentavam protelar o resultado.

Agora, ao assumir poderes monocráticos e determinar o cumprimento de penas, Joaquim é acusado de “espetacularizar” as prisões, de escolher o feriado da Proclamação da República para conferir uma simbologia especial a elas e, enfim, de estar fazendo tudo isso para embalar uma eventual candidatura à Presidência.

A última novidade é que Joaquim é considerado pivô do afastamento do juiz da Vara de Execuções Penais do DF, despertando a ira da OAB e de entidades de juizes que se perfilaram a favor do colega e atiraram contra o “coronelismo no Judiciário”.

Todas essas polêmicas e todo esse nível de tensão só fazem aumentar—para o bem e para o mal— a aura do primeiro negro a assumir a presidência do Supremo Tribunal Federal. Mas eu fico onde sempre estive.

Joaquim peca pelo temperamento, pelo viés autoritário e pela rispidez com os colegas. E acerta ao ser determinado na busca da Justiça e na quebra de paradigmas. Ninguém é perfeito e ele nem é santo nem é Demônio, mas a história dirá quem estava na direção certa.

29 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Batata quente

SÃO PAULO. É uma bela batata quente. O Supremo terá de decidir se as fórmulas usadas para calcular a correção da caderneta de poupança em planos econômicos das décadas de 80 e 90 são constitucionais.

Se disser que não são e mandar os bancos devolverem a diferença, beneficiará milhares de investidores que podem de fato ter sido prejudicados. A dificuldade é que a operação tem um custo. O BC estima que a brincadeira teria um impacto de R\$ 150 bilhões nos balanços de instituições financeiras públicas e privadas e implicaria uma retração de R\$ 1 trilhão no mercado de crédito. O Idec, entretanto, contesta os cálculos do BC e apresenta uma conta bem mais modesta, de R\$ 8,4 bilhões.

Não sei quem tem razão e considero até temerário o STF apreciar a matéria sem que haja clareza quanto ao tamanho da encrenca. A diferença entre as duas contas é daquelas que modifica a natureza do problema.

Para intérpretes do direito mais afeitos às ideias kantianas, só o que importa é fazer justiça. Se o poupador tem razão em seu pleito, deve ser atendido, não importando os resultados. "Fiat iustitia, pereat mundus" (faça-se justiça, mesmo que o mundo pereça), escreveu o filósofo alemão.

Receio, entretanto, que não possamos abraçar tão alegremente os postulados kantianos. Sistemas judiciais, principalmente quando tratam de temas de repercussão geral, precisam de pitadas de consequencialismo. Se é verdade que o reconhecimento de perdas na poupança teria um grande impacto negativo para a economia, o STF não pode se dar ao luxo de ignorar esse aspecto (o que não implica que juízes devam julgar olhando só para os resultados).

A pergunta, no fundo, é o que caracteriza uma nação: o passado comum, como queriam os românticos, ou a vontade de construir um futuro, como advogava o filósofo francês Ernest Renan? Creio que as sociedades que apostam na segunda fórmula tendem a ser mais dinâmicas.

29 NOV 2013

30 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Servidor vai à Justiça para incorporar bônus a salário

Para funcionários públicos, prêmio do governo paulista é 'salário disfarçado'

Decisões recentes do TJ dizem que remuneração variável tem de entrar na conta de benefícios como 13º e férias

Um número crescente de servidores do Estado de São Paulo tem recorrido à Justiça para pedir que os prêmios por desempenho pagos pelo governo sejam considerados parte de seus salários.

A legislação estadual estabelece que os prêmios são remuneração variável e não devem ser usados, por exemplo, no cálculo do décimo terceiro salário e das férias.

Cerca de 100 mil servidores do Estado —entre um total de 570 mil funcionários— têm direito a um dos 11 prêmios por desempenho individual existentes atualmente.

Servidores de algumas categorias dizem que o governo usa os prêmios para não conceder aumentos salariais que onerariam de forma permanente a folha de pagamento.

“Isso é complemento salarial. Não poderia nem ter o nome de prêmio”, diz Gervásio Foganholi, presidente do SindSaúde/SP.

O governo nega e afirma que o objetivo dos prêmios é apenas incentivar os funcionários públicos a perseguirem melhor desempenho.

Uma busca feita no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo mostra um forte aumento no número de decisões de segunda instância a respeito de alguns prêmios criados na década de 90.

Não há estatísticas sobre o resultado dessas decisões. Mas, entre os 25 acórdãos mais recentes, 20 deram razão aos servidores nos pedidos para que os prêmios entrem no cálculo do décimo terceiro. Algumas citam acórdãos anteriores do TJ-SP com a mesma interpretação.

“É inegável que a verba tem natureza remuneratória”, diz uma das decisões.

Em reportagem publicada no último domingo, a **Folha** mostrou que a maioria dos servidores são bem avaliados por seus chefes. Oito em cada dez recebem o equivalente a 90% do prêmio máximo destinado a seus cargos.

“O governo troca uma política de valorização de salários por uma política de prêmios que, hoje, correspondem à maior parcela do nosso salário”, diz Mauro de Campos, presidente do SITESP (Sindicato dos Técnicos da Fazenda Estadual).

A remuneração bruta média dos cerca de 100 mil servidores avaliados em junho era de R\$ 4.150. Sem os prêmios, o valor é de R\$ 3.300.

Para a médica Christiane Finardi Pancera, do Hospital das Clínicas, o regime de renda variável do governo “não incentiva ninguém”.

Ela diz que, na carreira médica, os salários e prêmios não valorizam, por exemplo, diplomas de pós-graduação ou publicações acadêmicas.

Segundo o secretário de Gestão Pública do Estado, Davi Zaia, a política de prêmios ainda pode ser aprimorada.

30 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

Da primeira à última

WALTER CENEVIVA

Depois de mais de 30 anos na Folha, é hora de parar

São mais de 30 anos na Folha. O longo tempo da vida me mostra que é hora de parar. Voltarei a escrever a respeito do direito, mas sem o imperativo da colaboração semanal.

WALTER CENEVIVA, na Folha desde 1978, deixa de escrever em 'Cotidiano'.

OCTAVIO FRIAS de Oliveira, saudoso amigo, me convidou há muitos anos para escrever a coluna semanal "Letras Jurídicas" nesta **Folha**. Seu redator, Theofilo Cavalcanti Filho, advogado e jornalista dos melhores, havia falecido.

Não estava em meus planos de advogado voltar ao jornalismo, mas a insistência do amigo me venceu. A opção foi ótima. Gerou alegria e realização em área especializada do trabalho jornalístico.

No curso dos anos, a coluna sofreu modificações, sempre em estreito acordo com a Redação. Foi assim quando acrescida a divulgação de obras jurídicas.

Ao todo, são mais de 30 anos. Por isso, o longo tempo da vida me mostra que é hora de parar. Este jornal tem jornalistas qualificados para o exame severo dos assuntos nos ramos da ciência jurídica, na aplicação desta aos fatos de cada dia. E mais, a ponderação crítica das alternativas inovadoras.

Com outro amigo, o jornalista, escritor e advogado Otavio Frias Filho, Diretor Editorial da **Folha**, chega hoje a última etapa da honrosa tarefa.

Foram milhões de palavras escritas, marcadas pela liberdade que

WALTER CENEVIVA

Voltarei a escrever no jornal, apenas sem o imperativo da colaboração semanal, encerrada com esta página

me foi assegurada. O jornal passou da paginação variável (pré-eletrônica) ao perfil atual, com espaços contados pelo número de toques do computador em cada coluna.

Posso ilustrar a mudança. Comecei a vida profissional em 1947, como locutor de rádio. Depois passei a jornalista.

Imagine o leitor que escrevi, na antiga "Gazeta Esportiva", a descrição do quinto gol do Brasil no campeonato mundial em 1958, na Suécia. Traduzi quadrinhos do Pato Donald, no início da editora Abril. Habituei-me à variedade até formar-me em direito, em 1954, no largo São Francisco.

Nos decênios decorridos, as mudanças seguidas marcaram a vida do ser humano. Alcançaram desde assuntos corriqueiros aos mais complexos. Cada alteração desafia a capacidade de quem escreve para assegurar a compreensão do leitor no espaço pré-fixado da página. Nesse perfil, o convívio com os colegas da **Folha** foi sempre enriquecedor.

Deixar a página jurídica me dá tristeza, embora certo que não deixo o jornal. Em entendimento direto com Otavio Frias Filho, voltarei a escrever a respeito do direito e de sua aplicação, apenas sem o imperativo da colaboração semanal, encerrada com esta página.

Foi clara a penetração ampliada da coluna, com o público crescendo, desde quando passou a ser divulgada também pelo UOL. Na comunicação eletrônica, jornais e revistas da clássica mídia impressa continuarão prestigiados, longe das primeiras resistências à eletrônica. Ne-

la o jornalismo é imbatível, com a notícia instantânea. A leitura meditada continuará, porém, a desmontar a complexidade de cada evento e do seu significado.

Na ponderação demorada a respeito desse período basta pensar na infinidade de mudanças e nas transformações da segunda metade do século 20 e daí até o presente. Da medicina ao direito, do rádio em ondas médias à comunicação instantânea e planetária, do telefone rústico ao tablet. Tudo mudou, para o ser humano, em meio século.

Os caminhos da vida e dos costumes se defrontaram com muitas alterações desde o primeiro comentário, publicado nesta coluna. Na medida do possível, ela ajudou a compreensão do direito e continuará a ajudar.

FOLHA DE S. PAULO

HELIO SCHWARTSMAN

Infiéis

30 NOV 2013

SÃO PAULO - O Ministério Público pediu a cassação de 13 deputados infiéis. Esse é um assunto do qual o Judiciário e esferas cognatas deveriam passar o mais longe possível, pois todas as vezes em que entrevistaram com o objetivo de melhorar a situação acabaram piorando-a.

A infidelidade partidária é decerto algo a lamentar. Mas não é difícil perceber que o fenômeno é muito mais sintoma de disfunções em nosso sistema político do que sua causa. Não obstante, o Supremo decidiu, em 2007, que o mandato de parlamentares escolhidos em eleições proporcionais pertence à legenda e não ao deputado ou vereador.

Eu até aderiria a essa lógica se o eleitor de fato prestasse atenção a partidos na hora de depositar seu voto. Tenho, porém, a nítida impressão de que o que ocorre é justamente o contrário. Embora existam exceções, a pessoa do candidato tende a ser muito mais decisiva do que a sigla. Só por isso, a medida já mais falseia do que preserva a vontade do eleitor.

Para agravar ainda mais o quadro, o STF estabeleceu algumas situações em que a mudança é considerada legítima, permitindo que o parlamentar se bandeie sem perder o mandato. Elas incluem guinadas ideológicas da cúpula partidária, perseguição ao mandatário e, estranhamente, o surgimento de novas legendas.

Essas cláusulas de exclusão contribuíram para judicializar ainda mais a disputa política no país, já que agora os tribunais eleitorais precisam debruçar-se até sobre casos de filiação e desfiliação partidária. Mas, não satisfeito com a lambança, o STF determinou em 2012 que parlamentares transfugas que se instalam em siglas novas não apenas conservam o mandato como levam para o novo lar sua cota de tempo de TV e recursos do fundo partidário. Com isso, criou o mercado de legendas zero quilômetro e até estimulou o troca-troca que pretendia impedir.

Nem todo problema pode ser resolvido por leis e resoluções.

30 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

FERNANDO RODRIGUES

Os infiéis na política

BRASÍLIA – Entre suas várias anomalias, o sistema político no Brasil costuma remeter para a Justiça casos de deputados e senadores infiéis aos seus partidos. É um traço marcante do subdesenvolvimento democrático do país.

Numa democracia consolidada, um juiz não seria chamado para punir um deputado que troca de legenda. Aqui, está na lei. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, acaba de decidir enviar à Justiça uma dezena de ações pedindo a cassação de congressistas infiéis.

Sem querer parafrasear o PT, que tem culpado o “sistema” pelos seus erros, o que ocorre nesse caso de políticos infiéis é uma mistura de regras disfuncionais com excesso de imbricação entre dinheiro público e partidos.

É nula a chance de esse cenário se alterar no curto prazo. Mas um episódio assim —a possível cassação de muitos mandatos por infidelidade— convida a refletir sobre qual rumo poderá, quem sabe, ser tomado pelo país no futuro.

A lógica atual é simples. Nenhum político se elege sozinho. Precisa do partido, que dá dinheiro e tempo de rádio e de TV. Logo, nada mais natural do que cobrar fidelidade de quem vence a eleição e está exercendo um mandato.

Tudo bem. A ideia é fortalecer os partidos políticos. Só que esse modelo existe há décadas. Ao contrário de siglas sólidas, a maioria é cada vez mais frágil. Algo está muito errado. O DNA do problema é a extrema facilidade com que se monta uma nova agremiação para receber dinheiro público e acesso a outros benefícios. Reforma ampla nunca virá. Uma medida mais simples seria a cláusula de desempenho: só partidos com pelo menos 3% dos votos teriam amplo acesso a dinheiro público e ao rádio e à TV. Mas nem isso parece ter chance de prosperar no Congresso.

Assim, resignemo-nos. A Justiça permanecerá ainda muito tempo cassando deputados infiéis.

30 NOV 2013

FOLHA DE S. PAULO

STF ordena que junta médica avalie as condições de saúde de Jefferson

DE BRASÍLIA - O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, determinou ontem a realização de uma perícia médica para avaliar o quadro de saúde do ex-deputado Roberto Jefferson, delator do mensalão.

Depois dessa avaliação, o STF vai determinar a data do início do cumprimento da pena e se ele vai ficar em presídio ou prisão domiciliar.

O ex-deputado foi condenado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, por ter recebido R\$ 4,5 milhões do esquema quando fazia parte da base de apoio do governo Lula no Congresso. Além disso, foi condenado a devolver R\$ 720 mil aos cofres públicos.

A avaliação será feita por uma junta médica com no mí-

nimo três oncologistas que serão indicados pelo Instituto Nacional do Câncer do Rio.

A equipe deverá esclarecer se, para o tratamento do condenado, é "imprescindível" que ele permaneça em sua residência ou internado em unidade hospitalar: "A execução da pena não foi iniciada, tendo em vista o pedido previamente formulado [nos recursos] e a necessidade de avaliar a situação de saúde do condenado".

Na decisão, o ministro diz que a defesa "tampouco informou a situação atual do sentenciado". O documento argumenta ainda que "há possibilidade excepcional de concessão do regime domiciliar para réus do regime semiaberto ou do fechado, desde que demonstrada a gravidade da doença".

Procurador-geral rejeita recurso e pede prisão de ex-deputado do PP

DE BRASÍLIA - O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou ontem parecer ao Supremo Tribunal Federal pedindo que seja determinada a prisão imediata do ex-deputado Pedro Corrêa (PP-PE) e do ex-vice-presidente do Banco Rural Vinicius Samarane, condenados no mensalão.

A decisão tem potencial para provocar uma nova sequência de prisões do mensalão. Nos dois casos, Janot entendeu que não cabem os embargos infringentes porque eles não registraram ao menos quatro votos pela absolvição.

O entendimento do Ministério Público Federal deve ser mantido para outros quatro réus: os deputados Valdemar Costa Neto (PR-SP); Pedro Hen-

ry (PP-MT), o ex-deputado Bispo Rodrigues e Rogério Tolentino, que apresentaram recursos sem os votos necessários.

O presidente do STF e relator do caso, Joaquim Barbosa, disse que esperava uma posição do procurador-geral para determinar novas prisões.

A Vara de Execuções Penais do Distrito Federal atendeu aos pedidos da Polícia Federal e autorizou que Marcos Valério e Delúbio Soares sejam interrogados na Papuda. Os dois são importantes nos "inquéritos filhotes", que foram desmembrados da ação principal.

A autorização para que eles sejam ouvidos na Papuda foi tomada pelo juiz Ângelo Oliveira para evitar escolta e exposição desnecessária dos presos.

0 1 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO
mensalão as prisões

ENTREVISTA MIRUNA GENOINO

Esperança eu não tenho, meu pai não vai durar na prisão

FILHA AFIRMA QUE PETISTA NÃO TEM NENHUM
ARREPENDIMENTO E QUE PAGA O PREÇO PELO PT

MARINA DIAS
DE SÃO PAULO

MÔNICA BERGAMO
COLUNISTA DA FOLHA

Miruna Kayano Genoino se lembra com detalhes da tarde em que seu pai reuniu a família e comunicou: "Lula pediu para eu ser presidente do PT e vou fazer isso porque esse projeto precisa funcionar". O ano era 2002 e Luiz Inácio Lula da Silva tinha sido eleito presidente da República.

Filha do deputado federal licenciado José Genoino, a professora de 32 anos diz que o pai não tem arrependimentos. O petista foi condenado por corrupção ativa e formação de quadrilha no mensalão e, segundo Miruna, acredita que, "se esse é o preço que tem que pagar para que o projeto do governo Lula e Dilma funcione, ele paga".

Genoino foi preso em 15 de novembro e levado ao Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, para cumprir pena em regime semiaberto. Após uma semana, teve uma crise de pressão alta, foi levado ao hospital e de lá seguiu para a casa da filha Mariana, onde espera o Supremo Tribunal Federal analisar seu pedido de prisão domiciliar.

“Meu pai está proibido de emitir opinião, de dar entrevistas, e dizem que ele não é preso político. Então por que ele não pode falar? É preso político, sim

Meu pai teve muitas decepções. Mas com a mídia ela foi devastadora, o coração dele começou a rasgar ali

“Meu pai não tem esperanças de que isso aconteça”, disse Miruna à **Folha**. Leia a seguir trechos da entrevista.

Julgamento e prisão

O momento mais difícil para o meu pai foi quando ele foi condenado. Durante o julgamento ele tinha esperança de ser absolvido. [Os elogios de alguns ministros antes de condená-lo] só o deixavam mais irritado. Era como se fosse um afago para depois meter a faca. Isso, hipócrita.

A prisão não teve o elemento surpresa. Por um lado, quando chegou a notícia, conseguimos respirar. Estávamos vivendo uma situação insustentável com o cerco da imprensa, os repórteres e fotógrafos querendo tirar fotos de tudo. O que vivi como mãe não desejo a ninguém. Posso entender que queiram tirar foto dele se entregando, mas não entendo o desejo de tirar fotos de dois menores de idade indo visitar o avô [os filhos de Miruna têm 5 e 7 anos]. Quando chegou a notícia, foi quase “vamos começar com essa porcaria de uma vez”.

CONTINUA

Preso político

Meu pai está proibido de emitir opinião, de dar entrevistas, e dizem que ele não é preso político. Então por que ele não pode falar? É preso político, sim. Meu pai foi condenado porque era presidente do PT.

Lembro da vez em que ele se sentou na sala com a gente e falou: “Olha, o Lula pediu para eu ser presidente do PT e vou fazer isso porque esse projeto precisa funcionar”.

Às vezes, eu penso que se a gente tivesse falado alguma coisa... Mas não, ele não tem arrependimentos. Nenhum. Ele fala que, se esse é o preço que tem que pagar para que o projeto do governo Lula e Dilma funcione, ele paga.

Saudade

Estou sentindo muita saudade dele, muita mesmo. Na semana passada foi a apresentação de dança da minha filha e só estava eu para assisti-la [chora]. E isso nunca mais vai voltar. Ele nunca mais vai ver essa apresentação.

É difícil porque tenho uma ligação muito forte com meu pai, e o que acontece com ele é como se estivesse acontecendo aqui [coloca a mão em cima do coração e chora ainda mais], como se ele estivesse dentro de mim. Aí a minha mãe vai tentando ajudar a gente. Ela fala: “Você não é ele”. Quando tive meus problemas pessoais este ano, ela também falava para o meu pai: “Você não é ela, calma”.

Doença

Em julho deste ano meu pai estava com minha mãe e meus filhos em Ubatuba [litoral de São Paulo] e passou mal [foi submetido à cirurgia para corrigir uma dissecação na aorta]. Eu estava viajando. Faço mestrado na Argentina, e passei a noite no avião sem saber se meu pai estava vivo ou morto.

O que mais dói é que foi tão difícil o que nos aconteceu naqueles dias, meu pai tinha

só 10% de chance de sobreviver e, graças a Deus, ele venceu. Agora questionam se a gente está usando a doença dele como estratégia. Isso é muito duro porque, se eu pudesse escolher, mesmo com meu pai preso e a gente longe dele, se ele estivesse bem de saúde, eu escolheria isso.

‘Querem nos destruir’

Só não larguei o mestrado por causa dele. Soube da aprovação dias depois da condenação [novembro de 2012]. Ele me disse: “Querem nos destruir e você não pode permitir. Você vai continuar lutando e fazendo as suas coisas porque não podem nos apagar”.

Se você me perguntar quem é o sujeito do “querem”, de cara vou falar que a mídia teve muito a ver com isso. Meu pai teve muitas decepções. Mas com a mídia ela foi devastadora, o coração dele começou a rasgar ali. Ele tem uma mágoa profunda, uma dor com tudo o que é publicado. Quando os jornalistas ficam lá fora de casa, essas manchetes, essa agressividade, esse recorte da realidade é um punhal para ele.

Vontade de morrer

Depois da cirurgia, meu pai se perguntou: “Por que a vida não me levou?” Ele não tinha medo de morrer, mas se questionou muito. Na época da ditadura, ele não tinha nada a perder, mas hoje ele tem os filhos, os netos e minha mãe.

Solidariedade

Lula, Dilma e o PT sempre tiveram solidariedade com o meu pai. E eu só estou falando isso aqui porque se tiver uma pessoa — e só uma — que ache que ele esteja fingindo e, depois de ler essas minhas declarações, mude de ideia e se convença que ele está mesmo doente e precisa de cuidados, para mim já vai ser suficiente.

Laudo médico

Meu pai passou mal na Papuda e precisou ir para o hospital em Brasília. Ele teve uma alteração de pressão que durou dois dias. Nós tínhamos quatro laudos dizendo que a situação era grave. Quando chegou a junta médica do STF já era o final de dois dias no hospital. É claro que a pressão tinha baixado. Ali ele estava medicado e com a família.

Minha pergunta é: esses médicos foram na Papuda? Foram ver a alimentação do meu pai na prisão? Viram que na Papuda não tem plantão médico noturno? Foram ver? Não foram. E eles se sentiram autorizados a dizer que meu pai não precisa ficar em casa.

Companheiros de cela

Já falei que se eu tivesse mil vidas e durante todas elas eu ficasse dizendo “obrigada” não seria suficiente para agradecer ao José Dirceu e ao Delúbio [Soares] por tudo o que eles estão fazendo pelo meu pai. Porque se teve alguém que cuidou do meu pai foram o Zé Dirceu e o Delúbio.

Eles foram atrás de água mineral para o meu pai parar de beber água da torneira. Insistiram e a polícia levou. É por isso que meu pai deve querer ficar na Papuda caso o STF não dê a domiciliar. Eles não querem se separar.

Próximos dias

Esperança eu não tenho. O único dia em que minha mãe perdeu a cabeça foi quando ele passou mal e o médico disse que ele precisava ir ao hospital, mas o juiz não autorizou. Ela gritou, chorou, ficou nervosa, se descontrolou.

Quando as pessoas falam que ele vai ficar alguns meses no semiaberto e depois já pode pedir progressão da pena, penso que não sei como ele vai chegar. Em uma semana eu vi como ele piorou, como eu vou pensar em meses? Oito meses? Ele não vai durar isso na prisão. Não vai.

FOLHA DE S. PAULO

MORTE

LUIZ RAFAEL MAYER (1919-2013)

02 DEZ 2013

Advogado e ex-ministro do STF

ANDRESSA TAFFAREL
DE SÃO PAULO

De família humilde, Luiz Mayer precisou deixar para trás a família e sua cidade natal, Monteiro, no interior da Paraíba, para poder estudar.

Mudou-se para Recife, onde fez o colégio e a faculdade de direito. Com esforço e dedicação, chegou a um dos postos mais almejados entre seus colegas: o de ministro do STF (Supremo Tribunal Federal).

Nomeado pelo ex-presidente Ernesto Geisel, tomou posse em dezembro de 1978. Exerceu a presidência da Corte de 87 a 89, quando se aposentou. Antes, foi juiz e presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Luiz ingressou no Ministério Público de Pernambuco em 1945 e, ao longo da vida, exerceu inúmeras funções públicas. Foi ainda prefeito de Monteiro e professor da UFPE (universidade federal do Estado). Após a aposentadoria, trabalhou como advogado e consultor jurídico.

Casou-se em 1970 com Leide, que já era viúva. Curiosamente, antes de namorá-la, foi ao primeiro casamento dela, convidado pelo futuro sogro, desembargador, e também um dos examinadores da prova que ela prestou para taquígrafo do Tribunal de Justiça pernambucano.

Muito discreto, estava sempre com um livro embaixo do braço. Por causa de sua simpatia, era chamado por alguns ex-colegas de "o homem mais querido do Supremo".

Adorava viajar e beber vinho e uísque. Fumava desde antes dos 20, vício que manteve por mais de 70 anos.

Morreu no sábado (23), cerca de duas semanas após descobrir um câncer de pulmão. Tinha 94 anos. Deixa a viúva, a filha, Rafaela, e três netos.

02 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Ceneviva

Durante anos, lemos, aos sábados, em “Cotidiano”, a crônica de Walter Ceneviva. Sem jurídiquês, didaticamente, teses jurídicas foram expostas, explicadas. Quantos puderam entender decisões complicadas dos tribunais. Quantas vezes indaguei, de mim para mim, como pôde ser tão claro mestre Ceneviva ao descomplicar questões jurídicas para que juristas e não juristas, principalmente os não juristas, o leitor comum, entendessem.

Assim foi por muito anos. E foi com surpresa que li sua despedida (“Da primeira à última”, “Cotidiano”, 30/11). Entristeci.

Animou-me, porém, sua declaração de que voltará “a escrever a respeito do direito e de sua aplicação, apenas sem o imperativo da colaboração semanal.” É o que esperamos.

CARLOS VELLOSO, ex-presidente do STF e do TSE
(Brasília, DF)



Ceneviva deixou a coluna semanal, mas sabemos que continuará advogando com brilhantismo e cuidando dos excelentes livros que escreveu. Ao lado do saber jurídico e dos ensinamentos didáticos que semanalmente nos ministrava, deixa a saudade de uma qualidade rara, nem sempre encontrada no jornalismo: a elegância e a ponderação.

TALLES CASTELO BRANCO (São Paulo, SP)

02 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Prefeita é cassada pela décima vez

em um ano

Cláudia Regina (DEM) se mantém no cargo em Mossoró (RN) com liminares

Denúncias são de caixa dois e abuso de poder; advogado diz que condenações se devem a acusações parecidas

Como uma espécie de “Highlander” da política, a prefeita de Mossoró (RN), Cláudia Regina (DEM), teve o mandato cassado dez vezes pela Justiça Eleitoral somente neste ano, mas vem se mantendo no cargo.

A última decisão contra a prefeita apontou prática de caixa dois na campanha de 2012. A exemplo do que ocorre nos demais processos, ela recorre da decisão — sem deixar o posto.

As outras cassações se deram por abuso de poder econômico e político.

As acusações incluem o uso de servidores da prefeitura na campanha e o suposto benefício obtido com as 85 visitas a Mossoró da governadora Rosalba Ciarlini (DEM) durante o período eleitoral, feitas em avião do governo.

Cláudia Regina e seu vice, Wellington de Carvalho (PMDB), chegaram a ser afastados dos cargos por três vezes, mas conseguiram recuperar os respectivos mandatos por meio de liminares (decisões provisórias).

Hoje, respondem a sete ações no Tribunal Regional Eleitoral do RN.

O Ministério Público já deu parecer sobre todas as ações que estão no TRE. “Em apenas um dos casos a Procuradoria foi contra a cassação”, disse o procurador regional eleitoral, Paulo Duarte.

A maior parte das acusações contra a prefeita partiu da coligação que enfrentou Cláudia Regina em 2012, que reúne siglas como PSB e PT.

Mossoró é a segunda maior cidade do Rio Grande do Norte. Localizada a 277 km de Natal, é também base de vários líderes políticos do Estado — como a própria governadora, Rosalba, que administrou a cidade por três mandatos.

OUTRO LADO

Segundo o advogado de Cláudia Regina, Sanderson Mafra, várias ações contra ela partem de acusações semelhantes; por isso, tantas condenações. Mafra diz que a prefeita é inocente de todas elas.

Sobre o uso do avião pela governadora, disse que Rosalba Ciarlini cumpriu agenda oficial. Com relação à participação de servidores na campanha da prefeita, afirmou que todos estavam de folga quando participaram de atividades eleitorais.

30 NOV 2013

IMPACTO PARANÁ

LIMINAR DESEMBARCOU O CONSELHEIRO FABIO CAMARGO DO TRIBUNAL DE CONTAS!

A decisão aconteceu às 18 horas e 20 minutos da última quarta-feira (27) e de imediato explodiu como verdadeira bomba.

A desembargadora Regina Afonso Portes, do Tribunal de Justiça do Paraná, concedeu liminar ao mandado de segurança impetrado pelo empresário Max Schrappe, através seus advogados Alexandre Salomão, Gustavo Sartor de Oliveira e Danilo Guimarães Rodrigues Alves, pedindo a anulação do ato nomeação e posse do conselheiro Fabio Camargo como conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, ato consumado com eleição na Assembleia Legislativa em 15 de Julho último.

O recurso impetrado na Justiça por um dos disputantes do citado cargo, colocou como autoridades coautoras deste ato o Presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni, o governador Beto Richa e o presidente do Tribunal de Contas, Artágão de Matos Leão, anulando a eleição e posse do filho do ex-presidente do Tribunal de Justiça, Clayton Camargo, que está hoje fora do cargo pelo tráfico de influências e outros processos que o enquadraram no CNJ-Conselho Nacional de Justiça.

Pai e filho, a esta altura, apanhados no contrapé de situações criadas em torno de suas ansiedades pelos cargos que vinham ocupando, buscam naturalmente através recursos reverter decisões que a esta altura se afiguram como irreversíveis.

Os motivos que levaram Max Schrappe a apelar contra a eleição e posse de Fabio Camargo, foram práticas ilícitas de favorecimento ao mesmo como candidato a conselheiro do TC, situação que levou os advogados do mesmo a impetrar mandado de segurança em meados de Outubro último.

No despacho que afasta o ex-deputado Fabio Camargo do Tribunal de Contas do Paraná, destaca-se que infringiram o princípio de isonomia na ânsia de favorecer o filho do então presidente do Tribunal de Justiça, ficando claro que o candidato em questão teve "tratamento diferenciado", segundo destacou a desembargadora Regina Afonso Portes, do Tribunal de Justiça.

Destaque-se, ainda, que Procuradoria Geral da República também pediu o afastamento de Fabio Camargo do Tribunal de Contas, por conta do tráfico de influência praticado por seu pai, então presidente do TJ-PR.

O cumprimento imediato da decisão deixa o cargo em aberto até que se julgue o mérito desta questão, com Fabio Camargo afastado do Tribunal de Contas do Paraná que volta a ficar com apenas seis conselheiros.

Em paralelo a tal situação, a expectativa agora fica por conta do recurso do ex-conselheiro Mauricio Requião contra a posse de Ivan Bonilha em sua vaga, matéria explosiva e que nas próximas horas ou dias poderá ter uma decisão por parte do desembargador Antonio Loyola Vieira.

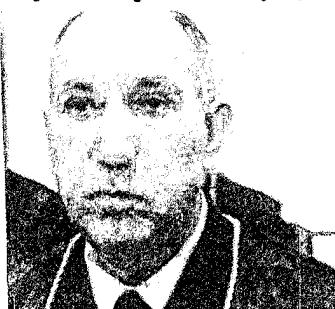
3 0 NOV 2013

IMPACTO PARANÁ

Justiça

Osmann de Oliveira
Advogado

TAXAS JUDICIÁRIAS ALTAS, E PRECATÓRIOS IGNORADOS



Tanto o eminente Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Guilherme Gomes, quanto o ilustre deputado Valdir Rossoni, Presidente do Poder Legislativo, possuem duas características importantes para os homens que lidam com a coisa pública: serenidade e critério.

O ilustre Desembargador Guilherme Gomes é moderado e dificilmente age com precipitação e arroubos. Conheça-o desde longa data, ele na magistratura e eu na advocacia.

Quanto a Valdir Rossoni é outro que, na área parlamentar, procura ser moderado a fim de evitar que o Poder Legislativo passe a ser um órgão meramente sancionador de interesses pessoais e não coletivos.

Dá para confiar!

Expressamente, entretanto, há que se analisar sobre duas coisas conflituosas: enquanto o poder Judiciário usou de recursos do Funjus para comprar prédios desnecessários e vê-se a braços com a possibilidade de ser obrigado a pagar vultuosa comissão de corretagem para as pessoas físicas que intermediaram desnecessariamente o negócio, bate, agora, às portas dos parlamentares para que aprovem aumento de 50%

(cinquenta por cento), para o Fundo de Reequipamento, o Funjus.

Na aparência não há razão para isso.

Por outro prisma os custos judiciais já se encontram em patamar elevado.

Mais importante do que estes seria o desenvolvimento imediato de trabalhos destinados ao pagamento dos precatórios, isto é, débitos existentes do Estado para com servidores e mesmo empresas privadas.

Sugere-se, até, que houvesse um acordo entre os credores e os devedores abdicando os vencedores de demandas de alguns percentuais em favor, digamos, do Funjus e de consequência todos ganhariam sem necessidade alguma de serem elevados os valores dos serviços necessários e prestados à sociedade.

Acredita-se que, adotado este caminho, todos ficariam satisfeitos e não seria mais preciso que o Poder Judiciário, com uma espécie de pires na mão, fosse pedir na "bacia das almas", o favor especial de serem dados aumentos vertiginosos aos custos.

Os dignos responsáveis pelos Poderes de Estado são pessoas nas quais todos querem acreditar.

30 NOV 2013

IMPACTO PARANÁ

Guaratuba Justiça nega liminar para suspender concurso público

A juíza Giovanna de Sá Rechia negou, nesta terça-feira (26), liminar que pedia a suspensão de parte do concurso público da Prefeitura de Guaratuba.

O promotor de Justiça Rui Riquelme de Macedo entrou com ação civil pública para anular as provas aplicadas aos candidatos a cargos de nível fundamental e médio e pedia, liminarmente, que a Justiça determinasse que o município suspendesse o cronograma do edital.

De acordo com o promotor, o fato de algumas questões elaboradas pelo Núcleo de Concursos da Universidade Federal para estes cargos serem as mesmas para os cargos de nível superior “inviabilizam competição leal entre os candidatos”. Riquelme destaca que as perguntas de conhecimentos gerais foram idênticas para os dois casos.

Na decisão, a juíza considera que “a simples existência de questões idênticas para os níveis diversos de escolaridade não leva à conclusão de que o concurso teria sido desigual”, que “é de se esperar que em qualquer prova, independente da escolaridade, existam questões fáceis, médias e difíceis” e que “o Ministério Público não demonstrou a plausibilidade da alegação”. “O argumento do Ministério Público é enfraquecido pelo fato de ter havido, ainda, alta aprovação nos níveis, superior ao número de vagas”, afirma Giovanna Rechia.

O concurso foi realizado no dia 20 de outubro. Mais de 7.974 pessoas se inscreveram para disputar as 558 vagas oferecidas, a grande maioria para os cargos de nível fundamental e médio. O resultado foi publicado no dia 13 de novembro.

Nível Superior

A ação do Ministério Público não atinge o concurso para os cargos de nível superior. Os candidatos para estas vagas inclusive já apresentaram provas de títulos, que terão resultados provisórios divulgados até o dia 4 de dezembro e resultado final até 17 de dezembro. Fonte: Jornal Notícias

30 NOV 2013

IMPACTO PARANÁ

Cantinho Sigiloso

Cinco anos depois do acidente que matou dois jovens numa das avenidas do Ecoville, o ex-deputado Carli Filho continua sem julgamento pelo ato criminoso praticado quando, embriagado, transformou seu carro numa verdadeira arma contra vítimas inocentes. O acidente de 2009 permanece vivo na lembrança dos curitibanos e vai rolando de recurso em recurso para um espaço de tempo no qual aposta a defesa do ex-deputado para garantir com o esquecimento uma pena mais leve caso seja levado a júri popular. Conforme decisão desta semana no STJ, a Sexta Turma do Supremo Tribunal de Justiça acolheu o habeas corpus impetrado pela defesa do ex-parlamentar e determinou que o caso volte a ser julgado pelo desembargador Telmo Cherm, que emitiu as primeiras decisões do processo no Tribunal de Justiça do Paraná. A acusação, que tem no advogado Elias Matar Assad o responsável para tentar levar o ex-deputado a júri popular, vai continuar insistindo na tese do duplo homicídio com dolo eventual de forma qualificada. Com a nova decisão no STJ nesta semana, fica claro que mais uns seis meses, pelo menos, vai se arrastar esta situação de expectativa que vem desde Maio de 2009.

02 DEZ 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

"QUEM CONCILIA SEMPRE SAI GANHANDO"

Semana Nacional de Conciliação começa hoje em todo o Brasil

Nos últimos sete anos, as semanas de conciliação realizaram cerca de 1,9 milhão de audiências com 916 mil acordos

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, fará a abertura oficial da VIII Semana Nacional de Conciliação hoje (2), no início da sessão plenária do CNJ, em Brasília/DF.

Em Curitiba, a solenidade de abertura acontecerá às 10h, no Tribunal do Júri e será realizada em conjunto pela Justiça Estadual, Justiça do Trabalho e Justiça Federal. Estarão presentes ao ato o presidente do TJPR, desembargador Guilherme Luiz Gomes, o atual vice-presidente e presidente eleito do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, desembargador Altino Pedrozo dos Santos, o desembargador federal João Batista Pinto Silveira representando o Presidente do TRF4, além de outras autoridades.

No Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), o Centro Judiciário de Solução de Conflito e Cidadania do 2º grau realizará dois mutirões temáticos de conciliação: um em processos que tenham como parte Companhias Aéreas e outro em executivos fiscais estaduais e já agendou cerca de 1.500 processos para audiências durante a 8ª edição da Semana Nacional de Conciliação, que ocorre de 2 a 6 de dezembro.

As audiências vão acontecer das 13h às 18h no local onde funcionavam as antigas Varas de Família da Capital (Av. Cândido de Abreu, 830 – Centro Cívico)

O slogan da campanha de 2013 é "Quem concilia sempre sai ganhando". A Semana Nacional de Conciliação consiste em um esforço concentrado dos tribunais na seleção de processos com possibilidade de acordo e na intimação das partes para que elas tentem solucionar seus conflitos de forma pacífica, simplificada e mais rápida.

Segundo os dados dos três ramos de Justiça, em 2012 a campanha conseguiu finalizar mais da metade dos processos incluídos no mutirão: foram realizados 175.173 acordos em todo o Brasil, com valores homologados de R\$ 749,7 milhões.

02 DEZ 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MAGISTRATURA DO PARANÁ

Solenidade marca trinta anos de fundação da Escola

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), desembargador Guilherme Luiz Gomes, participou na tarde do último dia (21) de palestra proferida pelo ministro do STJ Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, na Escola da Magistratura do Paraná (Emap) e da comemoração dos trinta anos de fundação da entidade.

Saudando todos os presentes, especialmente o palestrante Paulo de Tarso e o desembargador Accácio Cambi, um dos fundadores da escola, o presidente Guilherme Gomes disse que "o Tribunal de Justiça e a magistratura paranaense sentem-se honrados em receber o ministro Sanseverino, neste ano em que a nossa escola completa trinta anos de existência e de excelentes serviços prestados na formação e aperfeiçoamento dos magistrados".

Após a palestra, cujo tema foi Segurança Jurídica e Poder Judiciário, o atual diretor-geral da Escola, Luciano Campos de Albuquerque, convidou os presentes para a cerimônia de entronização da fotografia do juiz Joscelito Giovani Cé na galeria de ex-diretores da Emap.

Joscelito Cé manifestou sua satisfação pelo momento e enalteceu a vasta contribuição da escola para a magistratura do Paraná. "É uma felicidade não só pessoal por ter sido diretor de nossa escola, mas de vê-la chegar nesses trinta anos com a envergadura, com a importância que ela tem no meio jurídico paranaense e também nacional. Nessas três décadas a Emap tem servido de exemplo para algumas outras escolas mais recentes e também aprendido com outras escolas mais tradicionais do país. Acho que o Paraná, os juízes paranaenses e aqueles que querem ser magistrados têm aqui um recanto de aprimoramento constante", enfatizou o diretor.

Para comemorar a data, a Escola também inaugurou a exposição - 30 anos da Emap - organizada pela diretora do departamento de arquivo e memória da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Chloris Elaine Justen de Oliveira.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Tribunal de Justiça lança a campanha Toda Criança tem Direito ao Registro Civil de Nascimento

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) em parceria com a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg) e o Instituto do Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Paraná (Irpen) divulga a campanha Toda Criança tem Direito ao Registro Civil de Nascimento, que tem como objetivo eliminar a ausência do registro civil de crianças no Estado do Paraná.

02 DEZ 2013

O projeto terá início em 2013 e continuará se desenvolvendo ao longo do próximo ano. O presidente do TJPR, desembargador Guilherme Luiz Gomes, fez o lançamento da campanha na última segunda-feira (25) durante a seção do Órgão Especial.

A ausência do registro civil de nascimento, o chamado sub-registro, veta crianças a qualquer acesso a programas sociais, além de proibir a matrícula em escolas. Dados do IBGE de 2010 afirmam que 1.8 da população do estado não tem o registro. O Instituto também informou que as principais causas da ausência do mesmo são: distância do cartório, custo de deslocamento, desconhecimento da importância do registro, ausência de cartórios no município, dificuldade de implementação de fundo compensatório para os atos gratuitos e finalmente filhos que não têm o reconhecimento inicial paterno.

O projeto visa primeiramente mapear o Estado do Paraná com o intuito de localizar as regiões em que residam as crianças com sub-registro. O mapeamento e o diagnóstico dos locais serão feitos, dentre outras ações, através da comparação com o fluxo de nascimento nas maternidades e hospitais e o número efetivo de registros civis efetuados, bem como de intensa ação nos municípios de Baixo Índice de Desenvolvimento Humano e naqueles onde houver população indígena.

Em seguida o projeto irá, através de ampla ação, identificar as crianças e registrá-las. Concomitantemente, procurará desenvolver ampla campanha no sentido de orientar e educar os pais e outros agentes a não permitir que nenhuma criança fique sem registro, fora dos prazos legais.

As ações serão desenvolvidas isoladamente, em mutirões e em conjunto com outros programas comunitários. Além disso, os organizadores da campanha buscarão estabelecer novas parcerias, notadamente com a FUNAI e os órgãos de ação social dos municípios.

02 DEZ 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Poder Judiciário

encerra 2013 com dois maiores mutirões carcerários do ano

As três Varas de Execução Penal (VEPs) de Curitiba encerram 2013 com dois grandes Mutirões Carcerários que serão realizados no Complexo Médico Penal (CMP), localizado em Quaro Barras, e na Casa de Custódia de Piraquara (CCP), unidades de regime fechado da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná (SEJU).

O primeiro será no CMP, na última segunda-feira (25) e terça-feira (26) e serão analisados os processos dos 435 pacientes que cumprem Medida de Segurança na unidade. Será uma ação inédita, já que nos mutirões anteriores, realizados em novembro de 2012 e abril deste ano, o volume de avaliações foi parcial. Os trabalhos iniciam às 8 horas e seguem até às 17 horas, conduzidos pelos juízes Eduardo Lino Bueno Fagundes, da 1ª VEP, Moacir Antônio Dala Costa, da 2ª, e Hamilton Rafael Marins Schwartz, da 3ª VEP, junto com uma equipe.

O segundo e último mutirão de 2013 será na CCP, entre os dias 9 a 13 de dezembro. Os magistrados vão analisar quase 10 mil pedidos de benefício – regime semiaberto, livramento condicional, remição e comutação de pena - de presos que cumprem penas privativas de liberdade em unidades prisionais do Departamento de Execução Penal (DEPEN) da SEJU.

Este Mutirão na CCP será o 25º realizado desde junho de 2011.

02 DEZ 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJ escolhe novos membros do TRE-PR

O Pleno do Tribunal de Justiça do Paraná, reunido na última segunda-feira (25), votou e escolheu os novos membros para o Tribunal Regional Eleitoral (TRE). O desembargador Jucimar Novochadlo foi escolhido na qualidade de 2º membro efetivo do Tribunal. A vaga de membro substituto, na categoria juiz de Direito, será ocupada pelo juiz Humberto Gonçalves Brito.

Na complementação de lista tríplice de advogados, para preenchimento de uma vaga de membro efetivo, foi eleito Paulo Afonso da Motta Ribeiro.

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Londrina já apresenta 72% de acordos

Convênio entre o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJPR (NUPEMEC) e a Companhia de Habitação do Paraná COHAPAR produz seus primeiros resultados com 72% de acordos realizados em Londrina.

Coube ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Londrina a organização da pauta concentrada visando compor e solucionar a inadimplência entre os mutuários de contratos de financiamento habitacional e a COHAPAR.

Tribunais julgaram 23.925 ações de improbidade e crimes contra a administração

Relatório parcial de monitoramento das metas do Judiciário, gerado na última quarta-feira (28/11), às 15h49, mostra que 23.925 ações de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2011, foram julgadas pelos tribunais brasileiros este ano.

No total, 58.532 processos da Meta 18 foram julgados pela Justiça estadual, federal, militar e pelo Superior Tribunal de Justiça, entre janeiro de 2012 e outubro de 2013. Destes, 39.960 referem-se a crimes contra a administração pública e 18.572 são casos de improbidade administrativa.

O número corresponde a 51,36% das 113.958 ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2011, que são o alvo da Meta 18 de 2013, fixada em novembro do ano passado durante o VI Encontro Nacional do Judiciário.

30 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

JUSTIÇA

Reorganização do TJ vai parar no Supremo

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot Monteiro de Barros, apresentou ontem uma Ação Declaratória de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a lei que cria o Departamento Estadual de Execuções Criminais e o Departamento Estadual de Inquéritos Policiais (Dipo) no Judiciário de São Paulo. O projeto foi proposto pelo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ivan Sartori, e se tornou lei depois de aprovado na Assembleia Legislativa em junho.

30 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Sem regalias na Papuda

A Vara de Execuções Penais (VEP) do Distrito Federal (DF), em decisão subscrita por três de seus integrantes, determinou que os 11 condenados no processo do mensalão que cumprem pena na penitenciária da Papuda, em Brasília, recebam o mesmo tratamento dispensado a todos os mais de 9 mil encarcerados no local – feito para abrigar cerca de 5 mil. A Papuda é um dos piores exemplos dos descabros do superlotado sistema prisional brasileiro. Mas nem isso poderia justificar os afrontosos privilégios desfrutados pelos mensaleiros nos seus primeiros dias de cadeia. Tampouco se poderia admitir que fossem ressarcidos, desse modo, por suas atribulações na transferência para Brasília e subsequente admissão na Papuda.

Os juízes da VEP basearam-se em duas ordens de consideração – uma, de fato; outra, de direito. A primeira focaliza os efeitos da diferença de tratamento para a sempre frágil normalidade no interior do presídio. Uma inspeção realizada na segunda e na terça-feira passadas pelo Ministério Público do DF constatou que se formara um “clima de instabilidade e insatisfação” entre os detentos. Eles ficaram sabendo que, enquanto os seus familiares eram obrigados a chegar na madrugada dos dias de visita para não perder a viagem, tamanha a fila que engrossariam, as portas do presídio podiam se abrir a qualquer hora para dar passagem a levadas de políticos – entre eles o governador do DF, Agnelo Queiroz – desejosos aparentemente de levar a sua seletiva solidariedade aos autodenominados “presos políticos” petistas, José Dirceu, José Genoino e Delúbio Soares.

Grupos de mulheres, incertas se seriam admitidas – porém certas do indigno tratamento que teriam dos agentes penitenciários incumbidos de revistá-las e aos seus pertences –, chegaram a bater boca com um punhado de ativistas do PT, em “vigília” diante do estabelecimento. Detentos também ficaram furiosos com a prerrogativa dos mensaleiros de complementar o invariável trivial servido na Papuda com alimentos que recebessem do exterior a qualquer momento. O caso mais citado foi o da entrega, a cargo da Polícia Federal, de uma pizza destinada a Genoino, tarde da sua primeira noite na cadeia. Assim como em incontáveis outras, ali qualquer coisa à toa pode servir de motivo para violência entre os reclusos ou contra os seus carcereiros: é uma forma corriqueira de acertar contas ou cobrar o atendimento de demandas. Que dizer, então, da descoberta, nesse meio, de uma classe de presidiários com direitos especiais?

“É justamente a crença dos presos na postura isonômica por parte da Justiça do Distrito Federal”, argumentam os magistrados da VEP, “que mantém a estabilidade do precário sistema carcerário local.” Daí a exigência de que as autoridades observem estritamente as normas prisionais, “especialmente no que se refere ao tratamento igualitário a ser dispensado”. A essa fundamentada linha de raciocínio, eles agregaram a questão de direito a que se fez referência no início deste comentário. Trata-se do princípio da igualdade jurídica entre as pessoas. O então presidente Lula se permitiu a enormidade de atacar os críticos das transgressões éticas cometidas pelo aliado José Sarney na presidência do Senado, alegando que ele não poderia ser tratado como se fosse “uma pessoa comum”. Mas, em liberdade ou no cárcere, é o que todos devem ser perante a lei.

A condição de político preso não dá a ninguém o gozo de regalias inacessíveis aos outros. A menos, ironi-

zam os juízes, que se consagre a existência de dois grupos de condenados: um, “digno de sofrer e passar por todas as agruras do cárcere” e outro, “o qual deve ser preservado de tais efeitos negativos”. Ironia ainda maior é a naturalidade com que figuras do partido que apregoa ter nascido para combater a desigualdade assumiram o papel de “mais iguais” que os demais. Podiam ao menos fingir que preferiam ser tratados com a isonomia de que o PT volta e meia invoca. Mas é pedir muito para quem não se peja, como José Dirceu, de aceitar de um político aliado do governo – e por ele favorecido nos seus negócios – uma sinecura de R\$ 20 mil mensais para, nas horas livres, “administrar” o hotel de Brasília de propriedade da família.

30 NOV 2013

O ESTADO DE S. PAULO

TUTTY Papuda carochinha

Há uma revolução em marcha na Papuda! O tratamento igual a todos os presos determinado pela Justiça do DF pode ser o primeiro passo para o fim dos privilégios também fora da penitenciária. Imagine só o Congresso sem regalias! José Dirceu & Cia podem, ainda que involuntariamente, servir de pretexto para a moralização do País.

Se não vai mais ser possível molhar a mão do carcereiro para descolar um rango decente, convenhamos, não é possível que fora da cadeia compre-se até voto por baixo do pano. A prisão não pode ser o único lugar do Brasil onde a corrupção não entra!

Antes que a sociedade se torne mais igualitária intramuros, vale estender para todo o território nacional o despacho judicial que acaba com a pouca vergonha na Papuda, conservada a cláusula da Justiça do DF para o caso do não cumprimento da decisão: “Que se estenda as regalias para todos os detentos”.

Aqui fora, vigoraria a máxima do Barão de Itararé: “Restaure-se a moralidade ou nos locupletemos todos!”.

Sempre ele

Adivinha quem é o advogado do deputado mineiro cujo helicóptero foi apreendido pela Polícia Federal com 445 kg de pasta base de cocaína? Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay – quem mais poderia ser?

Ao ponto

De José Dirceu, ao saber por um carcereiro que “acabou a sopa” na Papuda: “Então me traz um medalhão com arroz a piemontese!”

Vice do Rio é condenado por compra de UTI

O vice-governador do Rio, Luiz Fernando Pezão (PMDB), candidato do governador Sérgio Cabral à sua sucessão em 2014, foi condenado pela Justiça Federal, numa ação civil pública – por improbidade administrativa quando era prefeito de Pirai, no interior fluminense –, a indenizar os cofres públicos em R\$ 14,5 mil e pagar multa no mesmo valor. Cabe recurso da decisão. O Ministério Público Federal recorreu da sentença, pedindo que Pezão também tenha os direitos políticos suspensos por cinco anos.

O MPF acusou Pezão por irregularidades em licitação para a comprar uma UTI móvel para a prefeitura de Pirai. Além do vice-governador, também foi condenado às mesmas penas o então presidente da Comissão Permanente de Licitação.

A assessoria de Pezão disse ontem que não conseguiu contactar o advogado do caso e que não poderia responder aos questionamentos da reportagem. À Justiça, a defesa do vice-governador alegou que ele não se beneficiou das supostas ilegalidades e que não houve comprovação da participação do município no alegado esquema fraudulento de licitação.

01 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça quebra sigilo de ex-presidente da Siemens no Brasil

Medida foi requerida pela Polícia Federal no inquérito sobre cartel de trens; Coaf aponta 'operações atípicas' de Adilson Primo

Fausto Macedo
Fernando Gallo

Relatório de Inteligência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) apontou "operações atípicas" em conta do ex-presidente da Siemens do Brasil Adilson Antonio Primo, logo após a saída dele da multinacional. A movimentação incomum e suspeitas envolvendo outra conta de Primo no exterior levaram a Justiça Federal em São Paulo a decretar a quebra do sigilo bancário e fiscal do executivo por suspeita de "indícios de delitos" de crime financeiro.

A abertura dos dados bancários de Primo alcança um lapso de 10 anos, entre 2001 e 2011 – período em que ele dirigiu a empresa. Em agosto, o juiz Fabio Rubem David Müzel, da 6.^a Vara Criminal Federal, determinou ao Banco Central que encaminhe em planilha e dados tabulados "todas as informações sobre remessas e recebimentos de recursos internacionais e de operações de câmbio, além de outros recursos no exterior e declarações de bens e capitais relacionados ao sr. Adilson Primo."

O juiz ressalta que as medidas são "pertinentes e adequadas às investigações, com o fim de averiguar se a evolução patrimonial do investigado condiz com os rendimentos percebidos nos últimos anos, bem como se eventuais recursos mantidos no exterior foram declarados às autoridades fiscais".

O afastamento do sigilo foi autorizado nos autos do inquérito da Polícia Federal que investiga o cartel dos trens – conluio de empresas para conquistar licitações milionárias no setor metroferroviário de governos do PSDB em São Paulo, entre 1998 e 2008.

A PF e a Procuradoria investigam pagamento de propinas a agentes públicos e políticos. A Siemens fechou acordo de leniência com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para denunciar o cartel. Executivos da Siemens prestaram depoimento à PF. Nenhum deles imputa qualquer prática ilícita a Primo.

Ele foi demitido em 11 de outubro de 2011 após a Siemens descobrir que €6 milhões da empresa foram enviados para a conta de um banco no paraíso fiscal de Luxemburgo que tinha Primo entre seus titulares. A descoberta ocorreu em meio a uma auditoria interna da Siemens que apurou suposto esquema de corrupção em diversos países.

Base da autorização de quebra do sigilo do executivo, o relatório de inteligência do Coaf mostra que Primo solicitou a transferência para a mulher, Thalita Cravieri Vicente, das cotas de fundo de investimento exclusivo mantido com a Siemens no valor de R\$ 1 milhão, na semana seguinte à sua demissão.

Segundo o Coaf, ao ser advertido de que a transferência não poderia ser feita, Primo teria informado que resgataria o investimento e o enviaria para a conta da mulher. Em 17 de outubro,

ele transferiu todo o dinheiro.

O juiz anotou: "Há indícios da prática de delitos afetos à competência desta vara (*crimes financeiros e lavagem de dinheiro*), tendo em vista a informação de que o representado teria supostamente movimentado conta no exterior, razão pela qual se mostram pertinentes os pleitos (*da PF*)."

Sediada no Banco Itaú Europa Luxemburgo, a conta tinha como titular a offshore Singel Canal Services CV, com 99,99% das cotas em mãos da fundação privada Suparolo Private Foundation – formada por Primo e três sócios. Em agosto, Primo afirmou que a conta de Luxemburgo era uma "conta de compensação" criada e operacionada pelo diretor financeiro da Siemens Brasil com aval da matriz alemã.

O advogado Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, que representa Primo, disse que o pedido de quebra dos sigilos fiscal e bancário é uma "oportunidade de demonstrar a correção de sua conduta como presidente" da empresa.

A Siemens diz que não pode comentar o assunto porque há um processo sobre o caso que corre sob segredo – Primo questiona a demissão por justa causa. Na ação, advogados da multi declaram que a conta não pertencia a ela e nem a nenhuma de suas afiliadas e indicam que o repasse de dinheiro para o paraíso fiscal não era autorizado.

GAUDÊNCIO
TORQUATO

Gigantesca delegacia de polícia

Falcatrua, maracutaia, acochambração, artimanha, trapaça. As cinco sonoras palavras, que agasalham o corpo de nossa cultura, nunca deixaram o pano de fundo dos relatos que dão conta da vida social e política do País. Nos últimos tempos, porém, ecoando locuções em defesa e ataque de contendores que se preparam para disputar o campeonato eleitoral de 2014, frequentam com maior intensidade a agenda de manobras erráticas na administração pública. A sensação é inequívoca: o Brasil mais parece uma gigantesca delegacia de polícia.

De maneira proposital, atores variados tentam confundir o terreno da ilicitude com o espaço da licitude, o certo com o errado, em aparente estratégia de defesa de interesses de pessoas e grupos. Ao final dessa tentativa de embaralhar as cartas do jogo político, todos perdem: atores individuais e institucionais. A impressão que fica é a de que a disputa eleitoral, neste final de ano, dá o tom maior do discurso, abrindo espaço para acusações e retaliações e expandindo a desconfiança social nos Poderes constituídos.

Vejamos exemplos, a começar pela questão da saúde do deputado José Genoino, paciente com problemas cardíacos a merecer cuidados. A espetacularização montada em torno do caso conferiu ao ex-presidente do PT a imagem de vítima que deve ganhar solidariedade. O contraditório formado mostra, de um lado, ele, José Dirceu e Delúbio Soares como “presos políticos”, conforme se lê em faixa de um grupo de sem-terra dissidente do MST; de outro, que “foram julgados e cumprem penas

A ausência de eficiente institucionalização política é o motor da corrupção no nosso país

por condutas políticas”, no dizer do petista Olívio Dutra, ex-governador gaúcho. Laudo clínico produzido por cinco cardiologistas da Universidade de Brasília atesta que Genoino “é portador de cardiopatia que não se caracteriza como grave”, não necessitando permanecer em prisão domiciliar. O STF dará a palavra final, mas é evidente que o processo de vitimização não terminará com o veredicto. O imbróglio foi despejado na cúpula da Câmara dos Deputados, à qual caberá a decisão de conceder aposentadoria por invalidez ao parlamentar. Caso concedida, ele se livraria do processo de cassação, não sem suspeitas de acochambração.

Dirceu foi contratado por um hotel de Brasília para trabalhar como gerente, sob uma chuva de críticas. Em regime semiaberto, o detento pode sair de manhã e voltar no fim da tarde à prisão. A polêmica se instala pela inusitada decisão de um perfil portentoso do PT vir a gerenciar um estabelecimento hoteleiro. Ora, não há impedimento legal para que amigos façam um contrato de trabalho com ele. Possivelmente os contratantes (com sua ética) viram nele instrumento de marketing para alavancar vendas.

Versões de um lado e de outro, com novas acusações de produção de dossiês, aparecem no caso dos trens em São Paulo, forma de atenuar o impacto da prisão de mensaleiros. O assunto alimenta ódios e paixões entre adversários e admiradores.

E o que esperar da decisão do STF de julgar em 2014 a constitucionalidade dos planos econômicos editados nas décadas de

1980 e 1990? Paramentos de sistemas democráticos convivem bem com a influência dos Poderes Executivos, particularmente no que concerne à aprovação de normas voltadas para o aperfeiçoamento de seu desempenho (funcional, financeiro, contábil, etc.). Já o exercício do lobby sobre o Poder Judiciário tem sido cauteloso, por este simbolizar a balança da justiça. No caso dos perdedores da poupança, tal preocupação de assédio inexistente. Já autoridades passaram a abordar os ministros do Supremo com um discurso catastrófico: o sistema financeiro ameaça desmoronar; R\$ 150 bilhões de desembolso dos bancos poderiam chegar a R\$ 600 bilhões com a cobertura a todos os poupadores, não apenas aos que entraram com processos. Mas o Instituto de Defesa do Consumidor apresenta uma conta de cerca de R\$ 8,4 bilhões.

O caso será emblemático. O STF já julgou ações e estabeleceu parâmetros sobre a feição jurídica do sistema monetário e qualquer decisão terá forte repercussão, eis que se ouvirão o barulho de um contingente que há 20 anos espera a decisão e a voz forte do Estado em defesa do *status quo* bancário. S. Exas. aprovarão as fórmulas usadas para calcular a correção da poupança? Os bancos ganharão? Eventual reversão das expectativas sociais terá consequências eleitorais? Como se vê, nem o Judiciário escapa ao cerco do jeitinho brasileiro de ser.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

01 DEZ 2013

Manobras para deixar as coisas conformadas ao patamar das conveniências invadem também o painel das estatísticas nacionais. A maquiagem de índices de crescimento e contas públicas é recorrente. No momento a polêmica gira em torno da reavaliação do PIB de 2012, que teria passado de 0,9% para 1,5%, apesar de o IBGE não ter divulgado a revisão. Como pano de fundo, a proximidade do fim de mandato do governo Dilma e a comparação com administrações anteriores. E haja pressão para mudança de metodologia! Dados recorrentes passíveis de correção são os do balanço do PAC, mostrando, de um lado, cronogramas dentro do prazo e, de outro, obras empacadas, como a transposição do São Francisco e a Transnordestina, a par de projetos com cara de interrogação, como o do trem de alta velocidade, suspenso em 2011.

Para completar, o TCU suspendeu concurso do Ministério do Planejamento por suspeita de favorecimento a indicados políticos. Ufa! O que esse painel tortuoso mostra sobre o País? Escancara a evidência de que a ausência de eficiente institucionalização política é o motor da corrupção. Os papéis institucionais acabam subordinados a demandas exógenas. A modernização, que deveria puxar nova escala de valores, a partir da meritocracia, abre fontes de riqueza, fazendo ascender novos grupos, os quais, por sua vez, acumulam recursos para escalar os degraus do poder.

O Brasil novo teima em vestir o manto roto do passado.



JORNALISTA, PROFESSOR
TITULAR DA USP, É CONSULTOR
POLÍTICO E DE COMUNICAÇÃO
TWITTER: @GAUDTORQUATO

02 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

FÓRUM DO LEITOR

Supremo acerta a mão

Desafinam aqueles que buscam impedir a publicação de biografias não autorizadas. Acertou o STF ao cancelar o primado da liberdade de expressão sobre o suposto óbice da não autorização. É essencial ao Estado de Direito Democrático sufragar a possibilidade de publicação das chamadas biografias não autorizadas. Só a liberdade resolve os eventuais excessos da própria liberdade. Não há interpretação legal que no Brasil de hoje sustente esse tipo de restrição ao princípio constitucional da liberdade de expressão. O respeito à privacidade não pode ser o biombo formal para impedi-la. Felizmente, a Justiça brasileira tem respondido a esse desafio.

LUÍZ EDSON FACHIN

fachin.le@gmail.com

Curitiba

02 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Réus que fazem leis

Há 300 ações e 534 inquéritos contra políticos tramitando no Supremo Tribunal Federal (STF), mercê do “foro privilegiado” de que gozam.

Nem todos mancham de forma indelevel os seus currículos. Mas muitos representantes do povo são acusados de crimes pesados: em 36% do total há indícios fortes de delitos como lavagem de dinheiro, desvio de recursos, falsidade ideológica e até homicídio.

Dois deputados federais são obrigados a cumprir penas por delitos passados em julgado, ou seja, cujos acusados não podem mais impetrar recursos em tribunais. O deputado Natan Donadon, expulso do PMDB depois de condenado por ter desviado recursos da Assembleia Legislativa de seu Estado, Rondônia, cumpre pena no presídio da Papuda, em Brasília. O ex-presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) José Genoíno chegou a ser preso na Papuda e agora aguarda em prisão domiciliar que seja definido o lugar onde cumprirá pena. E estão para ser presos outros dois réus do mensalão que exercem mandato legislativo federal: Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT). O ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP) também foi condenado, mas ainda tem um recurso em julgamento.

Apesar de sua repercussão maior, o escândalo do mensalão não é o único a levar políticos importantes ao STF. O ex-presidente do Senado Jader Barbalho (PMDB-PA) é réu num processo que julga a acusação de ter ele desviado dinheiro do Banco do Estado do Pará (Banpará) há 29 anos. Dos 81 senadores que exercem mandato atualmente 28 têm contas a prestar à Justiça – entre eles seu próprio presidente Renan Calheiros (PMDB-AL), seus dois vices, Jorge Viana (PT-AC) e Romero Jucá (PMDB-RR), e quase toda a Mesa Diretora da Casa.

Antes do mensalão, o STF condenou seis deputados: o citado Natan Donadon e mais Cássio Taniguchi (DEM-PR), Abelardo Camarinha (PSB-SP), José Gerardo (PMDB-CE), José Tatico (PMDB-GO) e Asdrúbal Bentes (PMDB-PA).

Três vezes prefeito de Marília (SP), Camarinha responde a quatro processos por uso indevido de dinheiro público nessas gestões. Sua pena de quatro meses foi substituída por multa de R\$ 40 mil. Ainda assim, ele considera um “engodo” o “foro privilegiado”. Pois, garantiu, “se meus processos fossem para o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), eu ainda poderia recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ)”. Ou seja, segundo ele, o privilégio o teria privado de impetrar mais recursos, o que adiaria sua condenação.

Só que condenação nem sempre leva à prisão. Bentes foi sentenciado a três anos, um mês e dez dias de prisão por trocar cirurgias gratuitas de laqueadura de trompa por votos na campanha para prefeito de Marabá (PA) em 2004, mas a execução dessa pena nunca saiu. Este é também o caso de Tatico, condenado em 2010 por não recolher o pagamento da contribuição previdenciária de funcionários do curtume de propriedade de sua família. A defesa impetrou embargo declaratório, Tatico não é mais deputado, mas continua solto, apesar de Joaquim Barbosa ter pedido este ano sua prisão imediata.

A reportagem do **Estado** revelou o caso do ex-senador e atual deputado Sebastião Rocha (PDT-AP), denunciado na Operação Pororoca pela PF em 2004 de participação num esquema que teria desviado R\$ 103 milhões de recursos federais no Amapá. Tendo aparecido preso e algemado na TV na ocasião, ele, atualmente em gozo de liberdade, acusa: “Agora, no caso do mensalão, o PT reclama da exposição de seus condenados. Mas foi Márcio Thomaz Bastos, na época ministro da Justiça, que mandou a PF me algemar. Foi o

PT quem inventou essa história de algemas para expor as pessoas no Brasil”.

Com algemas ou sem, a dura realidade é que pesam contra elevado número de deputados federais e senadores brasileiros evidências de delinquência no exercício de seus mandatos. É, para dizer o mínimo, esdrúxulo haver réus debatendo e votando leis. E o pouco que se vê é algum parlamentar punido pelos crimes de que é acusado e não raramente fica comprovado que os praticou.

DENIS LERRER
ROSENFELD

O ESTADO DE S. PAULO

Ausência
de pudor

Aprisão dos condenados do mensalão está, literalmente, virando um pastelão. Montou-se toda uma encenação como se os hoje condenados, devendo cumprir com suas respectivas penas, não tivessem tido direito à defesa e fossem vítimas de uma imaginária conspiração das “elites” ou da “mídia”, eterno bode expiatório dos que almejam o controle total do poder.

Há duas ordens de questões envolvidas: uma de ordem, digamos, “humanitária”, se quisermos ser benevolentes, e outra de ordem propriamente institucional, que diz respeito ao ataque que vêm sofrendo o Supremo Tribunal Federal (STF) e, em particular, o seu presidente.

A primeira é visível no caso do ainda deputado José Genoíno, apresentado como uma “vítima” e, conforme as circunstâncias, como um lutador da liberdade no período mais “obscuro” do regime militar. Esta última consideração, aliás, não resiste a uma análise mais elementar dos fatos, pois a guerrilha do Araguaia foi uma tentativa maoista de estabelecer no País o totalitarismo comunista.

As suas avaliações médicas – feitas por duas juntas, uma composta por especialistas da Universidade de Brasília, a pedido do STF, e outra por médicos da Câmara dos Deputados – tiveram como resultado que seu estado não é de cardiopatia grave, merecendo, como qualquer pessoa em sua condição, cuidados especiais. Ao contrário do que chegou a anunciar o seu advogado, não estaria tendo um “infarto”. Há um evidente superdimensionamento da doença

com o intuito de criar um constrangimento político ao presidente Joaquim Barbosa.

Há, contudo, algo bem mais grave aqui. O que o PT está reivindicando para José Genoíno e para os seus outros presos (não se fala de outros “companheiros”, como membros de outros partidos, banqueiros, empresários e publicitários) é um tratamento privilegiado, típico das elites. O discurso de Lula caracteriza-se por ser contra as “elites”, o seu comportamento e de seu partido, porém, é o de que a elite petista é diferente dos demais cidadãos.

A contradição é flagrante. O Partido dos Trabalhadores não está preocupado com os outros “trabalhadores”, mormente negros, pardos e de baixa renda, que vicejam nas prisões brasileiras. Quantos destes precisam de prisão domiciliar? E quantos necessitam de tratamento médico adequado? Silêncio total!

A questão chegou ao paroxismo quando, nas visitas, os horários e os dias estipulados não foram minimamente observados, como se petistas presos não deveriam seguir as mesmas regras de outros condenados. Mulheres, mães e irmãs comuns esperando em longas filas, desde a madrugada, reclamaram precisamente dos privilégios. O Ministério Público Federal, em Brasília, chegou a exigir isonomia de tratamento. Ou seja, a tão proclamada ideia da igualdade não vale para as lideranças petistas, a nova elite.

A situação chega a ser hilária. Pessoas de altas responsabilidades governamentais e lideranças partidárias acabam de “descobrir” que as condições de prisão no Brasil são “sub-humanas”. Ora, de súbito, tiveram uma crise de humanismo. Eis a grande descoberta após 11 anos de governo petista. O partido ficou muito mal na foto, revelando um indiscutível traço elitista.

A segunda concerne ao processo em curso de deslegitimação do presidente Joaquim Barbosa e, por extensão, do Poder Judiciário. Enquanto o julga-

O que o PT reivindica para seus presos é tratamento privilegiado, típico das elites

mento do mensalão não era definitivo, contentavam-se as lideranças petistas em dizer que as decisões seriam respeitadas. No momento em que o partido foi contrariado, seus dirigentes não hesitam em enveredar por um caminho de instabilização institucional e de negação do Estado de Direito. Há até mesmo ameaças de processos contra o ministro Joaquim Barbosa, exibindo um partido alheio ao respeito pelas instituições.

Aliás, o PT não se entende nem consigo mesmo. Segundo o seu estatuto, dirigentes partidários condenados em última instância deveriam ser expulsos do partido, não mais correspondendo às regras, de fundo moral, que deveriam reger a vida partidária. O que está acontecendo? Ninguém mais se refere aos estatutos, todos se comportam em solidariedade aos detentos, como se houvesse a figura única dos “criminosos do bem”, os que emprestam seus serviços ao partido, empregando todo e qualquer meio.

Nesse sentido, não deixa de ser curiosa a defesa do deputado José Genoíno de que seria um homem sem patrimônio, que levaria uma vida modesta, não tendo enriquecido com a política. A mensagem implícita consiste em absolver qualquer desvio de recursos públicos, porque feito em nome do “valor maior” do partido. Logo, o desvio de recursos públicos, o caixa 2, a compra de parlamentares e a corrupção são atividades lícitas sempre e quando forem para o “bem” do PT.

CONTINUA

02 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Padrões morais universais, referências republicanas e de bem comum, entre outras formas de vida política, são considerados como secundários e irrelevantes, pois acima de todas as instituições está o partido. A corrupção partidária seria, portanto, muito bem-vinda.

As retóricas dos “presos políticos” e do “regime de exceção” situam-se, precisamente, num comportamento político de instabilização institucional. As chances de sucesso são praticamente inexistentes, além de a própria presidente Dilma Rousseff ter-se distanciado desses arroubos ideológicos.

O Brasil vive um de seus mais sólidos momentos de estabilidade democrática, mostrando a vitalidade do País e a plena vigência da Constituição de 1988, rigorosamente respeitada. A prova adicional disso é o fato de o próprio PT governar o País por dois mandatos de Lula e um de Dilma, esta disputando a reeleição com possibilidade de vitória. Falar de perseguição e exceção revela apenas falta absoluta de bom senso. A piada de salão de Delúbio Soares não tem graça na prisão.

A democracia não é um instrumento que esteja a serviço de um partido qualquer, por mais “virtuoso” que ele se queira representar. O “Bem” da República está situado acima do “bem próprio” partidário, uma lição elementar que, infelizmente, não foi ainda bem aprendida.

●
PROFESSOR DE FILOSOFIA
NA UFRGS. E-MAIL:
DENISROSENFELD@TERRA.COM.BR

02 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Em Brasília, 900

presos esperam

vaga no semiaberto

Número contrasta com a agilidade com que condenados no mensalão, como o ex-ministro José Dirceu, conseguiram transferência de cela

Bernardo Caram / BRASÍLIA

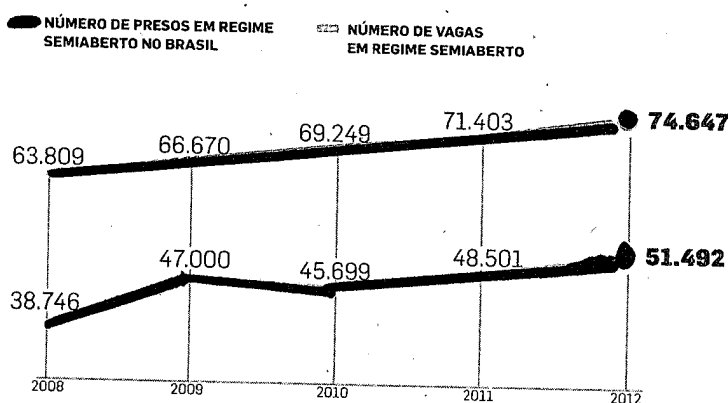
Levantamento feito pela Defensoria Pública do Distrito Federal mostra que a ausência de vagas para cumprimento do regime semiaberto faz com que pelo menos 900 presos que têm direito a cumprir esse tipo de pena estejam em regime fechado. De acordo com o órgão, muitos dos detentos condenados originalmente ao semiaberto chegam a levar mais de um ano para conseguir transferência.

No presídio da Papuda, um dos dois estabelecimentos prisionais voltados ao semiaberto no Distrito Federal, que já conta com 700 detentos além da capacidade, bastou pouco mais de dois dias para que houvesse vagas destinadas a abrigar os condenados no julgamento do mensalão, como o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu.

Segundo a Defensoria, detentos que deveriam cumprir o semiaberto-originalmente são colocados de forma improvisada em uma área de segurança máxima do presídio. Desde 2006, o bloco G do pavilhão 2 do complexo penitenciário da Papuda não recebe condenados ao regime fechado para dar espaço aos que estão no semiaberto.

O coordenador do Núcleo de Execução Penal da Defensoria Pública do Distrito Federal, Leonardo Melo Moreira, diz que a situação do bloco mencionado é ainda pior que a dos destinados ao regime fechado. Segundo ele, em razão do baixo efetivo policial, os presos não

DÉFICIT



INFOGRÁFICO/ESTADÃO

podem tomar banho de sol todos os dias, direito desfrutado com maior frequência pelos detentos do regime fechado. Além disso, alguns dos presos do fechado podem trabalhar e fazer cursos, possibilidade que não existe para aqueles do semiaberto que estão no bloco G.

Em decisões recentes, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios tem entendido que, embora de segurança máxima, o estabelecimento permite abrigar os detentos em ala específica e separada, não havendo, portanto, constrangimento ilegal nesses casos.

É esse local que há seis meses abriga Warlles da Silva Alves. Condenado a 12 anos de prisão em regime fechado por tentativa de homicídio, ele ganhou o direito de progredir para o semiaberto após cumprir seis anos da pena. No bloco G, Warlles fica em uma cela que tem capacidade para oito presos, mas chega a abrigar 20.

A mãe do detento, Marineide da Silva Alves, procurou a Defensoria Pública em busca de apoio para conseguir a transferência do filho. Ela conta que ele já tem oferta de emprego há meses, o que permitiria que fosse transferido para o Centro de Progressão Penitenciária e saísse para trabalhar todos os dias. Para ganhar a permissão, entretanto, Warlles precisa de uma avaliação psicológica. Segundo Marineide, o exame ainda não foi feito por falta de médicos.

Diferenciado. O cenário de improviso de espaços, superlotação e longa espera por vagas não prevaleceu para os condenados no processo do mensalão. A ordem de prisão foi expedida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, na sexta-feira, 15 de novembro.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Foram sentenciados ao regime semiaberto Dirceu, o deputado federal licenciado José Genoíno (PT-SP) e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, além do ex-deputado Romeu Queiroz (PTB) e do ex-tesoureiro do PL (hoje PR) Jacinto Lamas. Eles passaram o primeiro fim de semana de pena em regime fechado no presídio da Papuda.

Já na segunda-feira, dia 18, a Vara de Execuções Penais do Distrito Federal determinou a transferência para o Centro de Internamento e Reeducação (CIR), apropriado para esse tipo de pena. O local, que possui 793 vagas, mas abriga cerca de 1.500 pessoas, é voltado para presos do semiaberto que não têm oferta de emprego ou estudos e, portanto, não têm autorização para sair pela manhã e voltar ao local no início da noite.

Lá, eles têm acesso a oficinas de trabalho, como marcenaria, panificação e costura. O estabelecimento também dispõe de assessoria jurídica, consultório médico, odontológico e de psicologia. A exceção do grupo é Genoíno, que conseguiu autorização provisória para o cumprimento domiciliar da pena por causa de um problema cardíaco. Apesar da sobrecarga no CIR, os quatro ocupam, sem a presença de outros presos, uma cela com dez camas.

Na opinião de Robson Sávio, membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, houve uma articulação política para que surgissem as vagas que abrigariam os condenados no processo do mensalão. “Conseguir vagas para esses condenados significa que outros deixarão de cumprir. O fato é que a vaga não existia”, afirma.

Para Moreira, da Defensoria Pública, o maior problema está na falta de clareza nos critérios de transferência. “Nos parece que não é uma fila. Eles escolhem os presos a bel prazer.”

Antiguidade. A Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal respondeu que, se houver vaga, o encaminhamento dos sentenciados não costuma

demorar, sendo quase automático após a liberação do juiz. O órgão, entretanto, informou que, caso não haja vaga disponível no momento da progressão, o condenado precisa aguardar. A secretaria garantiu que a ordem de preenchimento segue o critério de “antiguidade do pedido de encaminhamento”.

Uma proposta de súmula vinculante que trata do assunto tramita no STF, mas ainda não há decisão. Se aprovada pelos ministros, vai estabelecer o regime aberto toda vez que não houver vagas para o condenado cumprir pena no semiaberto. A definição nortearia todos os outros tribunais do País a seguir o mesmo entendimento.

Modelo. Se o atendimento hospitalar e domiciliar concedido ao deputado José Genoíno deveria ser o modelo, a realidade não é a mesma. A constatação é da Defensoria Pública do DF. De acordo com Moreira, o problema começa já na constatação da doença. Detentos que precisam ser avaliados no Instituto Médico Legal para identificar a gravidade de um problema de saúde aguardam no mínimo 20 dias, prazo necessário para conseguir um agendamento.

Segundo o defensor, os presos com doenças não consideradas de alta gravidade dificilmente conseguem autorização para tratamento externo. O motivo é a falta de efetivo policial para atender toda a demanda de escolta até os hospitais.

No Brasil. A situação no resto do País não é diferente do Distrito Federal. De acordo com o Ministério da Justiça, 15 mil presos condenados ao semiaberto aguardam vaga em regime fechado. Os estabelecimentos prisionais existentes já operam em sobrecarga. São 51 mil vagas disponíveis para esse tipo de pena, mas o número de presos abrigados chega a quase 75 mil. Informações do próprio ministério mostram

que o quadro não tem apresentado melhora significativa nos últimos anos e não deve mudar no curto prazo.

No ano passado, apenas o Paraná teve projetos de semiaberto aprovados no Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Serão sete novas unidades, que vão gerar 1.512 vagas. Questionado sobre as previsões de investimento na área, o Ministério da Justiça informou que estuda a possibilidade de disponibilizar recursos em 2014, mas ainda não há orçamento aprovado.

● Sem lugar

“Conseguir vagas para esses condenados significa que outros deixarão de cumprir. O fato é que a vaga não existia”

Robson Sávio

MEMBRO DO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

02 DEZ 2013

TRIBUNA DO PARANÁ EM FAVOR DA MULHER

**Mutirão
interrogou quase
200 homens
acusados de
violência**

A Polícia Civil realizou um mutirão, no sábado, para ouvir aproximadamente 200 homens acusados de violência doméstica. O evento faz parte dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher.

Desde as 9h, o plantão da Delegacia da Mulher estava tomado por homens sentados, aguardando atendimento. O cenário era completamente diferente do normal já que, nos finais de semana, a delegacia atende uma quantidade maior de mulheres registrando boletim de ocorrência e os homens denunciados por elas geralmente são ouvidos ao longo da semana.

Mais policiais também foram chamados, para dar conta de todas as oitivas. Quatro delegados comandavam 19 escrivães, estagiários e investigadores, totalizando 37 pessoas. A média foi de 13 homens ouvidos a cada meia hora.

Foram expedidas muitas intimações de processos de lesão corporal que já tiveram laudos comprovando a agressão. Os casos são de, no máximo, três meses atrás. As vítimas haviam sido ouvidas anteriormente. Como muitos homens enviaram justificativas de que não poderiam comparecer, foram ouvidos quase duzentos.

Este é o primeiro interrogatório de todos eles. A maioria dos casos, depois deste depoimento, será relatada e entregue para o Ministério Público, que dará continuidade aos processos. De acordo com a delegada Marcia Rejane Vieira Marcondes, titular da especializada, a maioria dos homens nega as agressões mesmo com a presença dos laudos. Muitos dizem que não lembram o que aconteceu, ou então confessam, mas culpam a mulher por seus atos. Dificilmente eles se mostram arrependidos.

Pelo menos oito mil inquiridos estão em trâmite na delegacia e a maioria deles é por agressão. O mutirão foi realizado para casos de lesão corporal, entretanto, por que são casos mais graves de violência doméstica. "Queremos demonstrar que os crimes cometidos contra a mulher não ficam apenas entre quatro paredes", ressalta a delegada.

VIOLÊNCIA

O Paraná é o estado do Sul do Brasil com maior índice de mulheres assassinadas, vítimas de violência doméstica. Dados do levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), divulgados em setembro, mostram que num universo de 100 mil mulheres, 6,49% são mortas no Paraná.

02 DEZ 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Delegacia da Mulher faz mutirão contra suspeitos

Cerca de 200 acusados de violência contra mulheres
foram interrogados pelas policiais

A Delegacia da Mulher de Curitiba realizou, no sábado, um mutirão para interrogar 200 homens suspeitos de cometer violência contra mulheres na capital. A ação faz parte do evento “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher”, que ocorre até dia 10 de dezembro e do qual a Polícia Civil do Paraná participa. Ao todo, 33 policiais colaboraram com a ação, que foi supervisionada por quatro delegados.

De acordo com a delegada Paula Brisola, responsável pela Coordenadoria das Delegacias da Mulher do Paraná (Codem), o Estado está integrando o movimento, que conta com a participação de mais de 150 países. “É uma campanha mundial que trabalha pelo fim da violência contra a mulher. Programamos o mutirão para chamar a atenção da população para este tema, que precisa ser trabalhado com a sociedade e enfrentado”, afirma.

02 DEZ 2013

BEMPARANÁ

Insegurança jurídica

Com a decisão da Justiça de afastar Fábio Camargo do cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, a dúvida agora é se a Assembleia Legislativa deve promover nova eleição para o Posto. O presidente da Assembleia, deputado Valdir Rossoni (PSDB), defendeu a realização de nova votação. Mas analistas que acompanham o caso lembram que o afastamento de Camargo foi determinado em caráter liminar. Ou seja, não houve o julgamento do mérito da ação, muito menos uma decisão definitiva da Justiça.¹⁹

PAINEL

Credor

O credor não pode propor ação declaratória de união estável de seu devedor, ainda que tenha interesse econômico no reconhecimento dessa união. O entendimento é da 3ª Turma do STJ.

Deserção

Prisão cautelar não pode ser aplicada em caso de militar que responde a processo por crime de deserção. O entendimento é do Superior Tribunal Militar.

Livro

O jurista e presidente da UniBrasil, Clêmeron Merlin Clêve, lança no próximo dia 6 de dezembro, a partir das 16h, a segunda edição do livro "Temas de Direito Constitucional". O lançamento será no MP do Paraná, com a presença do ministro do STF, Luís Roberto Barroso.

Pecado

A igreja responde solidariamente por crimes praticados por padre a ela vinculado. O entendimento é da 3ª Turma do STJ.

Discriminação

O Conselho Pleno da OAB aprovou a proposição de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra lei do Piauí que limita em 10% as vagas para mulheres em concursos para a Polícia Militar.

BEMPARANÁ

Suicídio

O Estado de Santa Catarina foi condenado a pagar R\$ 40 mil de indenização a uma mãe, cujo filho enforcou-se dentro de um presídio estadual. A decisão foi da 2ª Câmara de Direito Público do TJ de Santa Catarina.

Consumidor

A Comissão de Direito do Consumidor da OAB PR promove nos dias 4, 5 e 6/12 a III Jornada de Direito do Consumidor Bancário. O evento conta com a participação de grandes nomes do Direito do Consumidor no Brasil como Claudia Lima Marques, Juliana Pereira da Silva e Luiz Edson Fachin.

Imagem

A empresa que obriga seu empregado a usar camiseta com marcas de fornecedores afronta o direito de imagem do trabalhador e deve pagar indenização por dano moral. O entendimento é da 6ª Turma do TST.